

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Juliano Moura da Rosa

**O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA  
DO MOVIMENTO ESCOTEIRO**

PORTO ALEGRE – RS

2013

JULIANO MOURA DA ROSA

**O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA  
DO MOVIMENTO ESCOTEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social – Relações Públicas, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientação: Prof<sup>a</sup> Me. Ana Cristina Cypriano Pereira

PORTO ALEGRE – RS

2013

JULIANO MOURA DA ROSA

**O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DO  
MOVIMENTO ESCOTEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Comunicação Social – Relações Públicas, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Conceito Final: B

Aprovado em 06 de Dezembro de 2013

BANCA EXAMINADORA

---

Caio Fernando Flores Coelho

---

Cristine Kaufmann

---

Orientadora: Professora Me Ana Cristina Cypriano Pereira



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Cursos) intitulado O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DO MOVIMENTO ESCOTEIRO, de autoria de Juliano Moura da Rosa, estudante do curso de Comunicação Social – Relações Públicas, desenvolvida sob minha orientação.

Porto Alegre, 25 de Novembro de 2013.

Assinatura:

Nome completo da **orientadora**: Ana Cristina Cypriano Pereira

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço do fundo do meu coração todos àqueles que contribuíram na minha jornada até esta conquista.

Da minha família agradeço especialmente aos meus pais (os 4), pelo exemplo e pelo incentivo não só nesta etapa recente, mas ao longo de toda a minha vida. Agradeço também às minhas irmãs e demais familiares, que sempre me apoiaram.

Deixo também meu agradecimento mais que especial a Ana Luiza Klein, que nestes anos todos foi meu ponto de apoio, minha fonte de inspiração e meu incentivo pra continuar. Mais do que a mulher que eu amo, é uma companheira para todas as horas e que teve uma enorme contribuição nesta conquista.

Agradeço à professora Ana pela paciência em sua mais longa orientação e pelos conselhos e direcionamentos, pois sem esta contribuição, este trabalho não sairia do forno.

E agradeço aos queridos colegas de faculdade Bruno, Erica, Marcele, Natássia e Nicole, por compartilharem comigo muito dos melhores momentos da minha vida acadêmica, que certamente seguirão marcados na memória.

Por fim deixo meu agradecimento ao Movimento Escoteiro, pelos amigos que me apresentou, mas também pelas experiências que me proporcionou. Em especial aos chefes e mestres que cruzaram minha vida escoteira pelo companheirismo, carinho e pelos ensinamentos que carrego pra vida.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da comunicação na educação para a cidadania do Movimento Escoteiro. A inserção dos indivíduos em iniciativas de comunicação comunitária é apontada por bibliografias do campo comunicacional como uma forma de educação informal destes em relação à cidadania. No entanto, o Movimento Escoteiro enquanto organização essencialmente educativa, agrega ao seu propósito o desenvolvimento integral de jovens, a fim de que estes se tornem cidadãos plenos e autônomos, o que nos direciona para outras possibilidades no campo da comunicação, no que se refere a contribuição da educação para a cidadania. Através da pesquisa bibliográfica este trabalho verificou as possíveis conexões entre os elementos que compõem estas perspectivas, discorrendo sobre o escotismo, a noção de cidadania e a comunicação em prol desta, sob a perspectiva do discurso destes materiais pesquisados. As considerações finais nos levam a um entendimento de que no Movimento Escoteiro a comunicação desempenha um papel na educação para cidadania, ainda que indiretamente, e que situações como estas devem ser analisadas e aprofundadas no campo da Comunicação Social, em especial, sob uma perspectiva popular, alternativa e comunitária, bem como em relação as Relações Públicas comunitárias.

Palavras-chave: Movimento Escoteiro, cidadania, comunicação comunitária e educação para a cidadania.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>2. METODOLOGIA .....</b>	<b>12</b>
2.1 PASSOS DA PESQUISA .....	13
<b>3. MOVIMENTO ESCOTEIRO .....</b>	<b>15</b>
3.1 ORIGEM E ORGANIZAÇÃO .....	15
3.2 PRINCÍPIOS, VALORES E MÉTODO .....	18
3.3 A COMUNICAÇÃO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO .....	22
<b>4. CIDADANIA .....</b>	<b>24</b>
4.1 A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA .....	24
4.2 CIDADANIA NO BRASIL .....	28
<b>5. COMUNICAÇÃO E CIDADANIA .....</b>	<b>34</b>
5.1 EDUCAR PARA COMUNICAR E COMUNICAR PARA EDUCAR .....	36
<b>5.1.1 Comunicação e educação para a cidadania .....</b>	<b>38</b>
<b>5.1.2 Na base, o diálogo .....</b>	<b>41</b>
5.2 RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS .....	44
<b>6. A COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DO MOVIMENTO ESCOTEIRO .....</b>	<b>50</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificar qual o papel da comunicação no contexto do Movimento Escoteiro e a sua possível contribuição na educação para a cidadania. Para isso, busca-se responder a pergunta: qual o papel da comunicação na educação para a cidadania do Movimento Escoteiro?

A inspiração se deu na perspectiva da comunicação comunitária e educação para a cidadania, desenvolvida por Peruzzo (2001), que considera que é em espaços como as Organizações Não Governamentais (ONG's) e movimentos populares, que a comunicação adquire um caráter educacional de transformação social. Esta perspectiva busca entender a comunicação que ocorre nos ambientes dedicados a garantir os direitos do homem, tratar de temas sociais e que contribuem na construção da paz (PERUZZO, 2001). O estudo referido entende que, nos espaços de envolvimento da sociedade civil nestas temáticas sociais, a comunicação ocorre de maneira diferenciada, de forma que contribui com a educação cidadã dos participantes. Nestes espaços, as pessoas, são inseridas em um processo de educação informal que contribui para a formação da cidadania.

Dada a visão que se teve acerca da noção de cidadania e o contexto em que foi realizada a análise deste estudo sobre o Movimento Escoteiro, optou-se por uma visão de comunicação em específico. Um entendimento de comunicação que se alinha de diferentes formas com os princípios da cidadania, da democracia e também do Escotismo. A motivação se deu pelos mesmos interesses que compõem estes princípios, o que direciona a escolha para uma visão mais crítica da comunicação.

Ainda que não seja definido enquanto um movimento social, o autor entende o Movimento Escoteiro pode se enquadrar na perspectiva descrita pelo alinhamento dos objetivos. Por este motivo é que a primeira intenção era verificar de que maneira esta comunicação pode ocorrer, e se a perspectiva referida também se aplica ao Escotismo, ou seja, se a comunicação neste meio também contribui na educação para a cidadania, chegando desta maneira aos objetivos já referidos.



A verificação é válida, pois o Movimento Escoteiro não se organiza nem se caracteriza da mesma forma que as comunidades e movimentos que já foram verificados por outros estudos. Não é reconhecido pela luta na expansão de direitos, nem se caracteriza por alguma bandeira em particular, mas é um movimento educativo que assume em seu discurso o objetivo de um mundo melhor.

Em um mundo dominado pela economia de mercado, pela especulação financeira e pela globalização, ser cidadão pode ser uma tarefa difícil. O status de cidadão se confunde com o de consumidor e vincula a cidadania ao poder econômico do dito cidadão, excluindo da cidadania, aquele que, por ventura, não tiver a possibilidade de consumo. Desta forma, por entender que um mundo mais solidário, tolerante e sustentável é possível, a verificação da comunicação no contexto do Movimento Escoteiro tem a intenção de somar esforços no alcance destes objetivos, pois se a comunicação em outros contextos contribui na educação para a cidadania, aliada a um movimento voltado especialmente para isto, pode somar ainda mais.

Através da pesquisa bibliográfica, este trabalho buscou reunir diferentes referências que pudessem aproximar os conceitos envolvidos a fim de levar a possíveis contribuições da comunicação na educação para a cidadania do Movimento Escoteiro, ainda que sob a perspectiva do discurso institucionalizado dos guias, manuais e demais documentos. Foram levantadas leituras de referência no campo da comunicação, ciências sociais e ainda na chamada “literatura escoteira”, de forma que a verificação neste primeiro estudo, levará em conta o que já foi produzido sobre para uma primeira aproximação dos conceitos implicados, visto que se trata de um estudo bibliográfico. A intenção do trabalho não é a de fazer afirmações generalizantes sobre o tema, mas justamente contribuir enquanto pesquisa bibliográfica, neste primeiro encontro de conceitos.

Desta forma o primeiro capítulo teórico se ocupa da pesquisa bibliográfica, contribuindo com a compreensão do que vem a ser o Movimento Escoteiro, especialmente no Brasil. Apresenta a organização do Escotismo, seus valores, fundamentos e método educativo para que seja possível pensá-lo enquanto objeto de estudo na relação com a educação para a cidadania.

O capítulo seguinte trabalha com a noção de cidadania, buscando nas ciências sociais o referencial teórico para delimitar o entendimento deste status no momento da análise.

O terceiro capítulo teórico, busca nos estudos latino americanos de comunicação a inspiração para apresentar diferentes perspectivas que implicam a comunicação com a cidadania e com a educação, dada a intenção do presente trabalho. Além disto, apresenta a contextualização que fala da atividade de relações públicas no contexto comunitário.

Por fim, encontra-se a análise deste material que fará o intercâmbio entre os capítulos antecessores de modo a buscar responder o problema proposto. É neste momento que os elementos de cada capítulo se apresentam interconectados para que se tenha uma percepção de como se relacionam.

O presente trabalho contribui academicamente para a expansão de um campo ainda tímido na comunicação, o da comunicação comunitária.

No que diz respeito à comunicação organizacional, ou à área de Relações Públicas, este estudo é importante no desenvolvimento e afirmação da área para o terceiro setor. Este último vem crescendo e ganhando visibilidade nos últimos anos, ainda mais com o crescente apoio de algumas políticas públicas de incentivo. Por isso mesmo, refletir sobre a comunicação nestes espaços é legitimar ainda mais a atuação profissional das RRPP e alicerçar o profissionalismo neste meio, tornando possível a expectativa de transformação social.

Por fim, o estudo que se propõe, é fruto do interesse pessoal do autor, pelo envolvimento deste com o Movimento Escoteiro desde os seus nove anos. A aproximação afetiva do objeto, porém, não interferiu na pesquisa mais do que qualquer outro movimento popular ou organização que se oriente por estes mesmos valores interferiria. Ao contrário, ajudou a subsidiar o estudo em informações que permitem uma análise mais concisa.

O interesse no escotismo enquanto objeto de estudo se dá pela crença do pesquisador na construção de um mundo mais solidário e tolerante, além da esperança depositada nestes espaços enquanto alternativas de desenvolvimento da humanidade.

Sintetizando, espera-se contribuir com a transformação social, utilizando dos conhecimentos técnicos e teóricos de comunicação, bem como da atividade de Relações Públicas, através do desenvolvimento dos movimentos populares e ONGs, pela confiança na possibilidade de mudança destes espaços, nos quais se depositam os esforços do autor para que obtenham o maior êxito possível.

## 2 METODOLOGIA

Com base nas intenções do presente trabalho, mencionadas na introdução, a primeira escolha acerca de uma metodologia se deu pelo método observacional, sendo pretendida a utilização das técnicas de observação-participante e entrevistas semiestruturadas, tanto pela preferência dada a estas técnicas em outros trabalhos no campo da comunicação comunitária, como pelos primeiros objetivos que haviam sido traçados no projeto de pesquisa. No entanto, Peruzzo (2009) salienta que

Do pesquisador engajado espera-se maturidade intelectual suficiente para processar sua investigação com base em hipóteses ou questões de pesquisa sustentadas em teorias e, ainda, que possa captar os movimentos do fenômeno tais como são, distanciando-se, portanto, de suas idiossincrasias e de um olhar parcial, superficial ou falso da realidade [...] (p. 141)

Ainda que se reconheça a impossibilidade de uma total objetividade, acreditou-se que o largo envolvimento do autor com o tema, pudesse trazer desconfortos em um estudo mais aprofundado neste primeiro distanciamento crítico do Movimento Escoteiro.

Desta forma, levando em consideração tal envolvimento com o movimento e a maturidade científica do mesmo para com este tipo de técnica, a preferência se deu por uma primeira aproximação com base naquilo que já foi dito acerca dos temas envolvidos no problema que se propõe: a pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil, “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos.” (2010 p. 50). Medeiros (2008) acrescenta que esta forma de pesquisa se utiliza basicamente de fontes secundárias, com o objetivo de “[...]colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse.” (p.38).

Com isto, modificou-se também o projeto de pesquisa, com um novo problema e novos objetivos, adequando-se este às possibilidades e limitações que esta técnica implica. Para Medeiros (2008), a pesquisa bibliográfica

Exige pensamento reflexivo e tratamento científico. Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na procura de respostas para todos os porquês envolvidos pela pesquisa.

Utiliza, por isso métodos científicos, reflexão sistemática, controle de variáveis, observação atenta dos fatos, estabelecimento de leis ou checagem de informações com o conhecimento já adquirido. (p. 38)

Com isto acredita-se que tenha sido possível obter um resultado que contribua para o amadurecimento desta temática em relação ao Movimento Escoteiro, possibilitando trabalhos posteriores de maior profundidade e com verificação empírica.

## 2.1 PASSOS DA PESQUISA

João Bosco Medeiros (2008) especifica alguns passos para que se dê a pesquisa bibliográfica: escolha do assunto, elaboração de um plano de trabalho, identificação, localização, compilação, fichamento, análise e interpretação, e redação.

A partir da escolha do assunto, a elaboração do plano de trabalho, ainda que de maneira provisória, deu-se com base na bibliografia que já havia sido consultada para a confecção do projeto de pesquisa, mas levando-se em consideração o novo problema elaborado. O resultado foi a divisão do trabalho em três temáticas que se relacionariam na análise para a verificação do problema de pesquisa: o Escotismo, a cidadania, e a comunicação na educação para a cidadania.

A identificação das obras que serviriam de referência para o trabalho seguiu esta lógica e buscou em autores de referência nas ciências sociais, comunicação em prol da cidadania e na chamada “literatura escoteira”. A localização destes materiais não foi difícil ainda que para cobrir o Movimento Escoteiro hajam poucos materiais acadêmicos produzidos<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> É possível encontrar alguns trabalhos acadêmicos envolvendo o Movimento Escoteiro no site dos Escoteiros do Brasil ([www.escoteiros.org](http://www.escoteiros.org)), porém dos trabalhos listados no momento de produção deste estudo, nenhum se alinhava especificamente com a temática deste e por esta razão, foi dada a preferência pela literatura escoteira e pelos documentos editados pela União dos Escoteiros do Brasil.

A partir da leitura e compreensão dos textos e do fichamento dos mesmos, foi possível a verificação de que dentro da literatura escoteira, o material que havia disponível não seria suficiente para alguns pontos de análise. Ainda que suficientes para descrever o funcionamento e a estrutura, bem como os fundamentos, os materiais disponíveis não possibilitariam uma análise do problema que foi proposto em todas as nuances que foram verificadas através das leituras que foram feitas.

Por conta disto é que, além da pesquisa bibliográfica, se utilizou da experiência do autor no movimento escoteiro para o momento da análise e interpretação. Sobre este conhecimento, se mostrou relevante mencionar práticas que não estão descritas em nenhuma literatura, mas que puderam ser verificadas em diferentes ocasiões pelo autor do texto na prática do escotismo, ainda que não tenha sido com o objetivo de análise científica.

De qualquer forma Gil coloca que

Frente aos fatos sociais, o pesquisador não é capaz de ser absolutamente objetivo. Ele tem suas preferências, inclinações, interesses particulares, caprichos, preconceitos, interessa-se por eles e os avalia com base num sistema de valores pessoais. [...] Seus valores e suas crenças pessoais o informam previamente acerca do fenômeno, indicando se é bom ou mau, justo ou injusto. E é com base nessas pré-concepções que irá abordar o objeto de seu estudo. É pouco provável, portanto, que ele seja capaz de tratá-lo com absoluta neutralidade. Na verdade, nas ciências sociais, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno. (2010 p. 5)

Ainda que não seja um dado obtido através de uma técnica científica como a observação ou a entrevista, estas inserções descritivas sofreram análise crítica no momento de interpretação do presente estudo, da mesma forma que houve a interpretação dos textos que foram levantados para a pesquisa bibliográfica: de forma subjetiva.

Portanto o estudo, baseou-se tanto em uma pesquisa bibliográfica quanto nos aportes trazidos pelo autor através de sua experiência enquanto membro jovem e adulto no Movimento Escoteiro, aportes estes que contribuíram para a compreensão do objeto e desenvolvimento da pesquisa.

### 3 MOVIMENTO ESCOTEIRO

O termo Escoteiro é derivado da palavra em inglês *scout* que pode ser traduzido literalmente pelos substantivos “1 observador, batedor [...]” ou ainda pelos verbos “[...] 1 espiar, observar, examinar. 2 fazer reconhecimento, patrulhar, vigiar.” (MICHAELIS, 2001 p. 308) o que denota a sua origem ligada às técnicas de campismo. Apesar de ser reconhecido pelos acampamentos, o Movimento escoteiro é um movimento educacional mais abrangente que tem como objetivo o desenvolvimento integral do jovem. Mesmo sem ter deixado pra trás as técnicas mateiras<sup>2</sup>, constitui uma proposta mais ampla e que envolve diversos outros aprendizados, inclusive o da cidadania.

#### 3.1 ORIGEM E ORGANIZAÇÃO

O Escotismo surgiu em 1907, na Inglaterra, em um acampamento “piloto” que reuniu 20 rapazes em uma ilha, organizado pelo então militar Robert Stephenson Smyth Baden-Powell, conhecido mundialmente pelo sobrenome Baden-Powell ou ainda afetuosamente pela sigla em inglês “B-P”. Baden-Powell tornou-se popular na Inglaterra, anos antes deste acampamento, pelos feitos militares realizados em incursões sobre a África. Em certa ocasião, defendeu um cerco à cidade de Mafeking, na África do Sul, onde os jovens da cidade assumiram responsabilidades para liberar os homens da cidade ao serviço militar. Com isso, Baden-Powell percebeu a capacidade dos jovens em assumirem responsabilidades tornando-se uteis a sociedade. Na ocasião deste acampamento inaugural, Baden-

---

<sup>2</sup> Por técnicas mateiras aqui se entendem as técnicas relativas à exploração, como por exemplo, a montagem de um acampamento, cozinhar em meio ao mato e a montagem de estruturas em madeira, chamadas de pioneirias.

Powell quis colocar à prova a ideia que seria proposta em um livro voltado ao ensino de técnicas de exploração para jovens, visto que percebera a popularidade destas atividades entre estes através de outra publicação que escrevera para militares anos antes, intitulado “Aids to Scouting”. Mais do que um manual, a intenção é que este novo livro fosse um guia que servisse de inspiração aos jovens da Inglaterra.

Quando Baden-Powell retornou a Inglaterra no início do século XX, vindo da África do Sul [...] ficou preocupado com o declínio dos padrões morais, particularmente entre os jovens, e com o perigo que isso representava para o futuro da sociedade.

O Movimento Escoteiro nasceu, assim, do desejo de seu Fundador de melhorar a sociedade, uma meta que ele acreditava só poderia ser alcançada melhorando os indivíduos na sociedade. (WORLD SCOUT ORGANIZATION, 2001 p. 29)

Após o acampamento, B.P. lançou em seis fascículos quinzenais o livro intitulado “Escotismo para Rapazes” que foi a base para que a ideia do escotismo tomasse a forma de movimento na Inglaterra e em outros países do mundo (BADEN-POWELL, 2006).

No Brasil, a origem oficial é datada em 1910, com a vinda de oficiais da Marinha que estavam na Inglaterra a serviço e que trouxeram consigo o então novo movimento. Após anos sendo praticado em diferentes organizações, em 1924 é fundada a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), órgão que em 1950 incorporou todas as federações escoteiras e que desde então é reconhecida oficialmente como a única instituição autorizada a prática do escotismo no Brasil, “§ 1º - O Escotismo só pode ser praticado no Brasil por pessoas físicas ou jurídicas autorizadas pela UEB, como asseguram o Decreto nº 5.497, de 23 de julho de 1928, e o Decreto-Lei nº 8.828, de 24 de janeiro de 1946.” (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013a p. 5). Apesar disto existem outras entidades e associações que se assemelham ao escotismo, mas que não são reconhecidamente escoteiras, como o Movimento Bandeirantes, os Desbravadores ou ainda as associações dissidentes da UEB que atuam de forma independente e que não são reconhecidas como “escoteiras”.

Atualmente o Movimento Escoteiro está presente em 162 países, organizado pela Organização Mundial do Movimento Escoteiro (*World Organization of the Scout Movement*) com cerca de 40 milhões de membros, dos quais 7 milhões são adultos



voluntários (WORLD ORGANIZATION OF THE SCOUT MOVEMENT, 2013). Abaixo desta estrutura encontramos as organizações nacionais em cada país. No Brasil, como mencionado, a entidade reconhecida para a prática do escotismo é a UEB, que conta com 70 mil membros associados. A UEB está organizada em três níveis: o nacional, abrangendo todo o território brasileiro; o regional, compreendendo uma ou mais unidades da federação; e o local, que são os Grupos Escoteiros e as Seções Escoteiras Autônomas. Tanto os níveis regionais como o local podem ter personalidade jurídica própria, porém devem se submeter ao estatuto e demais normas da UEB (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013a).

O Grupo Escoteiro é onde ocorrem as atividades com os jovens, que se desenvolvem nas chamadas “seções” ou “ramos”. Os ramos são divididos de acordo com a faixa etária e compreendem programas e atividades diferentes em cada um deles:

- a) Ramo Lobinho, para meninos e meninas de 7 a 10 anos, denominados lobinhos (meninos) ou lobinhas (meninas);
- b) Ramo Escoteiro, para rapazes e moças de 11 a 14 anos, denominados escoteiros (rapazes) e escoteiras (moças);
- c) Ramo Sênior, para rapazes e moças de 15 a 17 anos, denominados seniores (rapazes) e guias (moças); e
- d) Ramo Pioneiro, para rapazes e moças de 18 a 21 anos (incompletos), denominados pioneiros (rapazes) e pioneiras (moças). (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2008 p. 11)

Enquanto organização, a UEB se define como uma associação “[...] de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural, ambiental, beneficente e filantrópico, e reconhecida de utilidade pública [...]” (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013a p. 5).

Como descrito anteriormente, cada Unidade Escoteira local pode ter sua personalidade jurídica própria, definindo-se diferentemente da associação nacional, porém, pelos fins a que se dedica, enquanto organização pertencente ao Movimento Escoteiro, se enquadra no chamado terceiro setor, ou seja, trata-se de um agente privado que age para fins públicos, diferentemente do Estado (agente público para fins públicos) e do mercado (agente privado para fins privados) (FERNANDES, 1994). Podem então se organizar de diversas formas, como por exemplo, enquanto associações voluntárias, ONGs (organizações não-governamentais), OSCIPs

(organização da sociedade civil de interesse público), ou ainda como departamentos das entidades que eventualmente as mantenham (como clubes, associações e outras instituições).

Sendo uma ONG, uma associação ou ainda uma OSCIP, os diferentes níveis são geridos por diretorias voluntárias que são eleitas nas respectivas assembleias de cada nível. As Assembleias se constituem como os órgãos máximos de cada nível e são compostas, no nível local, por todos os membros registrados maiores de idade, e por delegados eleitos nos grupos e regiões, no caso das assembleias regional e nacional, respectivamente.

### 3.2 PRINCÍPIOS, VALORES E MÉTODO

O Movimento Escoteiro é definido como um movimento educacional não-formal, de jovens e para jovens, sem vínculos à partidos políticos, com a colaboração de adultos, unidos por um compromisso livre e voluntário com o objetivo do desenvolvimento integral e a educação permanente dos jovens, e que valoriza a participação de pessoas de todas as origens sociais, raças, credos, de acordo com seu propósito, seus princípios e seu método. (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2008; 2013a).

Enquanto um movimento educacional não formal, o escotismo entende que não é apenas sua a responsabilidade do desenvolvimento integral dos indivíduos. Compreende que este é um processo que dura a vida toda e que é composto por outras instituições que contribuem para este fim. Com isto, visa complementar a educação proporcionada por estes outros meios e instituições e se coloca como um movimento de educação não-formal, absorvendo a divisão da educação entre os diferentes agentes: formal, não-formal e informal. Os mesmos são assim dispostos:

*Educação formal* é o sistema educacional hierárquica e cronologicamente estruturado, que se estende desde o ensino básico até o ensino superior.

*Educação informal* é o processo pelo qual cada pessoa adquire atitudes, valores, habilidades e conhecimentos por meio da experiência diária, da família, dos amigos, dos grupos de pares, dos meios de comunicação e de outras influências e fatores do ambiente. *Educação não formal* é a atividade organizada, fora do sistema formal estabelecido, que está destinada a servir a uma determinada clientela de aprendizagem, com objetivos educativos identificados. (WORLD SCOUT ORGANIZATION, 2011 p. 11, grifos do autor)

Estes objetivos educativos identificados estão expressos no projeto educativo do Movimento Escoteiro, que define como propósito do Escotismo a educação dos jovens, assumindo o papel de contribuir

[...] para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento, especialmente do caráter, ajudando-os a realizar suas plenas potencialidades físicas, intelectuais, sociais, afetivas e espirituais, como cidadãos responsáveis, participantes e úteis em suas comunidades, conforme definido pelo seu Projeto Educativo. (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2008 p. 09)

Os princípios que guiam este movimento servem de base moral para que os jovens, ao assumirem seu próprio desenvolvimento, tenham uma referência de valores com os quais se comprometeram através da Promessa e da Lei Escoteira. Eles são sintetizados pelos deveres para com Deus<sup>3</sup>, para com o próximo e para consigo mesmo. Estes princípios “[...] representam a visão que tem o Movimento Escoteiro da sociedade, os ideais que sustenta e a imagem que projeta.” (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2011 p. 31).

Na prática, para se alcançar o propósito de educação descrito, é utilizado o Método Escoteiro. Trata-se de um sistema de elementos interdependentes formando um todo que chamamos de Método Escoteiro. Estes elementos são ilustrados conforme consta na Figura 1:

---

<sup>3</sup> Entende-se “Deus” para o Movimento Escoteiro, como uma relação com a espiritualidade, independente de uma doutrina religiosa em específico. A espiritualidade é considerada um dos aspectos de desenvolvimento do indivíduo pelo Método Escoteiro (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013b, 2013c)

Figura 1: Elementos do Método Escoteiro



Fonte: WORLD SCOUT ORGANIZATION (2011 p. 21)

Segundo a organização mundial do Escotismo,

Cada um destes elementos [ilustrados na Figura 1] tem *uma função educacional* (cada elemento é destinado a contribuir para o processo educacional de uma maneira específica e cada elemento *complementa o impacto dos outros*. Todos os elementos são, no entanto, necessários para que o sistema como um todo funcione e devem ser usados de forma que sejam condizentes com o Propósito e Princípios do Escotismo (WORLD SCOUT ORGANIZATION, 2011 p. 20, grifo do autor).

No Brasil, a aplicação do método escoteiro é guiada pelo “Programa de Jovens”. Este é o documento que especifica em atitudes concretas os objetivos expressos no Projeto Educativo, traçando uma malha de objetivos intermediários ligando cada faixa etária, com os objetivos esperados em cada área de desenvolvimento (física, intelectual, social, afetiva, espiritual e de caráter) daquela etapa em que o jovem se encontra. (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013b)

Isto serve para que se tenha em mente os objetivos de cada etapa dos jovens quando se planejam as atividades nas seções, pois apesar de o jovem ser o responsável pelo seu próprio desenvolvimento, este passa pelo apoio de um adulto voluntário (escotista) que organiza as atividades nos encontros semanais, a fim de estimular este autodesenvolvimento.

O adulto não está lá para agir como um jovem, nem para prolongar sua própria juventude. Como adulto num meio de jovens, ele deve ser ele mesmo, para poder desempenhar seu papel entre eles, ao mesmo tempo em que deve saber ouvi-los e compreendê-los. [...] O papel do adulto é estimular este processo de crescimento, definindo indicações que permitam ao jovem encontrar seu caminho e fazer escolhas com total conhecimento dos fatos, é criar um ambiente favorável para o desenvolvimento do indivíduo. (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2006 p. 9)

Desta forma o Movimento Escoteiro encerra o seu projeto educativo desejando que aqueles que tenham sido escoteiros deem o melhor de si para serem

Um homem ou uma mulher reto de caráter, limpo de pensamento, autêntico em sua forma de agir, leal, digno de confiança.

Um homem ou uma mulher capaz de tomar suas próprias decisões, respeitar o ser humano, a vida e o trabalho honrado; alegre, e capaz de partilhar sua alegria, leal ao seu país, mas construtor da paz, em harmonia com todos os povos.

Um homem ou uma mulher líder a serviço do próximo. Integrado ao desenvolvimento da sociedade, capaz de dirigir, de acatar leis, de participar, consciente de seus direitos, sem se descuidar de seus deveres. Forte de caráter, criativo, esperançoso, solidário, empreendedor.

Um homem ou uma mulher amante da natureza, e capaz de respeitar sua integridade. Guiado por valores espirituais, comprometido com seu projeto de vida, em permanente busca de Deus e coerente em sua fé. Capaz de encontrar seus próprios caminhos na sociedade e ser feliz. (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013c p. 18)

Compreendida a organização do Movimento Escoteiro, seus princípios, valores e método, é possível que se diga que se trata de um movimento que traz em sua essência os princípios da educação para a cidadania. Embora não seja descrito e definido desta forma, em diversos momentos, no discurso dos documentos vistos, encontramos elementos de uma educação para a formação de cidadãos.

### 3.3 A COMUNICAÇÃO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO

Como o Movimento Escoteiro se estrutura enquanto organização, a comunicação é desenvolvida nos seus diferentes níveis - nacional, regional e local - e entre os diferentes atores e estruturas. Certamente a comunicação ocorre de maneira diferente em cada uma destes níveis, pois cada um tem uma atribuição diferente, portanto públicos e objetivos diversos, ainda que sejam todos parte de um movimento maior.

Enquanto organização abriga tanto redes formais de comunicação quanto informais, que se desenvolvem através dos fluxos comunicativos mediante a viabilização dos meios de comunicação (KUNSCH, 2003).

Quanto a estes meios, as diferentes estruturas se valem de forma diferente dos mesmos, para diferentes fins, mas de acordo com a observação é possível destacar alguns meios que são comumente encontrados em grupos escoteiros bem como nos níveis regionais e nacional, tais como a página institucional, os informativos digitais e impressos, os perfis e páginas em redes sociais virtuais, os recursos audiovisuais, os murais, as reuniões, e as publicações de todas as espécies como livros, guias e manuais.

Encontramos também outras formas de comunicação que servem à comunicação administrativa e às redes informais, como papelerias diversas, e-mail, correspondências, mapas, fotografias, certificados, além dos simbólicos como a bandeira, os distintivos e o apito (KUNSH, 2003).

Estes meios têm objetivos diversos, mas em geral se prestam a suportar as atividades escoteiras, a facilitar a interação entre as estruturas e seus públicos, bem como entre os próprios indivíduos. Além disso, são usados como formas de comunicar o que ocorre no movimento escoteiro para seus membros e para a sociedade.

Um ponto importante é a questão dos fluxos comunicacionais. Por ser um movimento que valoriza a participação e que tem entre um dos seus objetivos o desenvolvimento dos jovens no aspecto social, a rede de comunicação informal

possui uma importância fundamental, visto que é através do diálogo entre os jovens e adultos que ocorre o processo educativo. Este é um bom exemplo também de como a comunicação ocorre entre os indivíduos, no mesmo nível de igualdade, constituindo assim um fluxo comunicativo horizontalizado na maioria das vezes. Há uma abertura bastante grande entre as estruturas e entre os indivíduos que possibilita o encontro com o outro e a percepção dos mesmos enquanto indivíduos, que é o objetivo do escotismo, visto que os jovens devem ser os responsáveis pelo próprio desenvolvimento. Ainda que hajam resquícios de militarismo em algumas práticas e em alguns indivíduos, este é um exemplo do que ocorre em diversas ocasiões e que merece ser citado, visto que o objetivo não é a generalização.

Outro aspecto a ser destacado é a forma como se dão as estratégias comunicacionais. Nos níveis nacional e regionais, bem como em alguns Grupos Escoteiros, a comunicação é fruto de planejamento e gestão especializados, centralizados na mão das diretorias de comunicação e em alguns casos de profissionais remunerados ou voluntários.

Existem também as equipes de comunicação, constituídas por membros voluntários que se disponibilizam a pensar e executar ações de comunicação nos diferentes níveis da organização. Estas equipes são responsáveis por estabelecer diretrizes para comunicação do Movimento Escoteiro, gerindo a mesma juntamente com as diretorias e os profissionais envolvidos.

Ainda que sejam compostas por membros do próprio movimento escoteiro, estas equipes e as diretorias centralizam as decisões e a gestão acerca da comunicação formal no Movimento, tomando pra si a finalidade de decisão sobre os objetivos, meios e conteúdos a serem abordados.

Depois de verificar a organização, os princípios, o método de educação, além da comunicação no Movimento Escoteiro, torna-se necessário compreender outro elemento que constitui o problema deste estudo. Na relação entre o escotismo e a educação para a cidadania, cabe então trabalhar no próximo capítulo com a noção desta última, com o objetivo de subsidiar a posterior análise desta comunicação em relação a educação para a cidadania do Movimento Escoteiro.

## 4. CIDADANIA

“Cidadania” é uma palavra utilizada no senso comum sem muitas restrições com relação ao seu significado. Assume hora o sinônimo de direitos humanos, hora refere-se ao pertencimento de um indivíduo à um determinado Estado, ou seja, sob esta perspectiva, para ser cidadão brasileiro basta ser brasileiro. Por esta razão, e para entender melhor qual o papel da comunicação na educação para a cidadania, este capítulo trabalhará com algumas dimensões que compõe a cidadania, como os seus elementos constitutivos e o papel da sociedade civil na consolidação do elemento social, bem como a sua natureza histórica e as novas perspectivas de cidadania que extrapolam as fronteiras dos Estados.

### 4.1. A CONSTITUIÇÃO DA CIDADANIA

Apesar da origem do termo vir da Grécia antiga, a cidadania como conhecemos, tem sua inspiração também na República Romana e sua origem no Estado Moderno, a partir das revoluções burguesas do século XVIII. “O retorno do ideal republicano da Antiguidade promovido pelo Renascimento preparou o caminho para o advento da cidadania moderna no século XVIII, durante as Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789).” (VIEIRA, 2009, p. 28). Resgatando o senso de participação civil e política da antiguidade, as revoluções burguesas destituíram o poder absoluto e devolveram o poder à população, ainda que apenas a uma parcela.

Para T. H. Marshall (1967), a cidadania é constituída por três elementos/direitos base: o elemento civil, o elemento político e o elemento social. Cada elemento é constituído por uma série de direitos individuais e coletivos que foram conquistados através da história até chegar no atual modelo. O elemento civil é composto pelos direitos ligados às liberdades individuais como o direito de propriedade, de ir e vir, direito à justiça ou ainda a liberdade de expressão. O elemento político é composto pelo direito de participação no exercício do poder, ou seja, traduz-se nos direitos de votar e ser votado nas diferentes instâncias do poder



político. Por último, o elemento social é composto pelos direitos de bem-estar social como educação, saúde, trabalho, e tudo o que compõe a “herança social” de uma determinada sociedade. Trata-se de um status que tem como princípio a igualdade social, pois o cidadão será aquele que gozar plenamente de todos estes direitos simultaneamente, ou seja, coloca todos os indivíduos de uma sociedade, dignos do status de cidadão, no mesmo patamar de igualdade em condições.

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles [sic] que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que êstes [sic] direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status*. (MARSHALL, 1967 p. 76, grifo do autor).

É importante perceber a particularidade que estes elementos trazem na constituição da cidadania em cada sociedade, pois no caso britânico, analisado por Marshall, a precedência dos direitos civis foi determinante para o tipo de sociedade e de cidadania que se constituiu na sociedade em questão. José Murilo de Carvalho (2001 p.10) afirma que segundo Marshall

[...] não se trata de sequencia apenas cronológica: ela é também lógica. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.

Isto denota uma importante dimensão da cidadania que é fundamentalmente ligada à concepção de sociedade em que está inserida, e deste modo, variando também de acordo com o momento histórico em que se analisa uma mesma sociedade. Para Jaime Pinski (2003, p. 09), a “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço.”

Em sua origem, a cidadania assumia uma forma diferente da que vemos hoje não só pela sociedade ser outra, mas também pela sua abrangência. Segundo Barbalet, (1989, p.12 *apud* PERUZZO, 1998, p. 286) “para Aristóteles, o ‘status’ da

cidadania estava limitado aos autênticos participantes nas deliberações e no exercício do poder. Presentemente, a cidadania nacional estende-se a toda a sociedade”. Ainda que carregue o mesmo senso de participação do indivíduo na sociedade como um todo, hoje em dia há uma percepção diferente de quem pode ser cidadão, uma vez que na Grécia antiga mulheres, estrangeiros e escravos eram proibidos de participar do estado (VIEIRA, 2009).

Liszt Vieira (2009) também diferencia a cidadania moderna da antiga, pois a primeira enfrentou três “problemas” no percurso de sua formação: a edificação do estado, a modificação do regime de governo e a questão do homem no centro da discussão. Nota-se que além das diferentes formas de organização do estado, percepção de direitos e de deveres, há também uma modificação de valores morais que ditam o que é o mínimo aceitável e que deve ser comum à todos.

José Murilo de Carvalho (2001) coloca que um aspecto importante da cidadania é que ela se desenvolveu em meio ao fenômeno histórico da formação dos Estado-nação. Desta forma, tem sua constituição intimamente ligada ao pertencimento a um Estado. Liszt Vieira (2009) explica que uma vez deposto o poder absoluto e limitada a ação do Estado pelas leis, é com o Estado de Direito que o indivíduo passa a ter direitos e este por sua vez, passa a ter de garanti-los. Desse modo a cidadania moderna se desenvolve, a princípio, limitada pelas leis que a garantem, e conseqüentemente, pelo Estado que sustenta estas leis.

Entretanto, a relação de tensão entre os elementos que constituem a cidadania cria diferentes limitações à este Estado regulado. Vieira (2001, 2009) afirma que, uma vez que os direitos ditos de primeira geração (civis e políticos) primam pelas liberdades individuais, os de segunda geração (sociais) primam pelas coletivas, assim a cidadania assume diferentes configurações, de acordo com o modelo político que se assume. Como exemplos temos de uma lado as teorias mais ligadas ao liberalismo, priorizando as liberdades individuais e com isto um poder de Estado mínimo a fim da realização plena dos direitos civis e políticos; e do outro lado as sociais, priorizando os direitos sociais e com isto uma presença mais efetiva da atuação do Estado na garantia destes direitos. Deste modo, nota-se que há em Marshall uma ênfase maior no poder do Estado na garantia dos direitos da cidadania (VIEIRA, 2009, 2001).

Não é raro de se perceber, porém, em diferentes sociedades, a restrição de direitos à uma parcela da população ou a disparidade na comparação entre o

exercício dos direitos de alguns e de outros. Neste sentido, os direitos sociais possuem um papel fundamental na ampliação da cidadania a uma parcela maior da população: o de alterar o estabelecimento das desigualdades sociais. Segundo Liszt Vieira (2009) “tais direitos tornam reais os direitos formais” (p. 22).

Para o mesmo autor, novos direitos, além dos estabelecidos por Marshall, foram incorporados à noção de cidadania:

Na segunda metade do nosso século, surgiram os chamados “direitos de terceira geração”. Trata-se dos direitos que têm como titular não o indivíduo, mas grupos humanos como o povo, a nação, coletividades étnicas ou a própria humanidade. É o caso do direito à autodeterminação dos povos, direito ao desenvolvimento, direito à paz, direito ao meio ambiente etc. [...] Já se fala hoje de “direitos de quarta geração”, relativos à bioética, para impedir a destruição da vida e regular a criação de novas formas de vida em laboratório pela engenharia genética. (VIEIRA, 2001 p. 23)

Desta forma o autor destaca, em diferentes obras (2001, 2009), a relação entre a cidadania e a sociedade civil, atribuindo uma importância maior na sociedade civil com base na análise de outros autores que se valeram do aporte teórico de Marshall para analisar suas próprias realidades, acrescentando

[...] nuances teóricas, como se vê em Reinhard Bendix (1964), que enfocou a ampliação da cidadania às classes trabalhadoras, por meio dos direitos de associação, educação e voto, bem como em Turner (1986), que, voltando sua atenção para a teoria do conflito, considera os movimentos sociais como força dinâmica necessária ao desenvolvimento dos direitos de cidadania. Para as teorias durkheimianas, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica outro aspecto capital. Em decorrência desta concepção, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados e sem fins lucrativos, formem a assim denominada sociedade civil.” (VIEIRA, 2001 p.33).

Mais adiante, sintetiza que “a cidadania concerne, desse modo, à relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações.” (VIEIRA, 2001 p. 36) e afirma que

Foram principalmente as construções teóricas de Habermas (espaço público) e de Cohen e Arato (reconstrução da sociedade civil) – proporcionando a interação de quatro esferas da sociedade: a esfera privada, a do mercado, a pública e a estatal – que permitiram a conexão entre os conceitos de sociedade civil e cidadania. (Idem, p. 36)

Embora seja salientado que a noção de sociedade civil também tem suas variações, a visão das ciências sociais levantada por Janoski (1998 *apud* VIEIRA, 2001 p. 36) é destacada por Liszt Vieira pela ênfase na interação entre os grupos voluntários na esfera não estatal:

Sociedade civil representa uma esfera de discurso público dinâmico e participativo entre o Estado, a esfera pública composta de organizações voluntárias, e a esfera do mercado referente a empresas privadas e sindicatos.

O mesmo autor constata que

[...] cidadania e sociedade civil são noções diferentes: ao passo que a primeira é reforçada pelo Estado, a última abrange os grupos em harmonia ou conflito, mas ambas são empiricamente contingentes. A sociedade civil cria grupos e pressiona em direção a determinadas opções políticas, produzindo, conseqüentemente, estruturas institucionais que favorecem a cidadania. Uma sociedade civil fraca, por outro lado, será normalmente dominada pelas esferas do Estado ou do mercado. (VIEIRA, 2001 p.37)

Aponta ainda que, embora tenha este importante papel na manutenção e defesa da cidadania, a sociedade civil não abrange os próprios direitos de cidadania, que ainda são oficialmente mantidos pela estrutura legal do Estado (VIEIRA, 2001). “Num Estado democrático, cabe ao Direito o papel normativo de regular as relações interindividuais, as relações entre o indivíduo e o Estado, entre os direitos civis e os deveres cívicos, entre os direitos e deveres da cidadania [...]” (VIEIRA, 2009 p. 41).

Delimitadas as características da cidadania, seus elementos constitutivos e estabelecida a importância da sociedade civil, faz-se necessária uma breve análise sobre a sociedade em que se insere a análise deste trabalho.

#### 4.2. CIDADANIA NO BRASIL

Como descrito, a cidadania assume diferentes formas de acordo com o contexto em que é analisada, bem como com a visão de estar fundamentalmente ligada ao Estado que mantém as leis que vão assegurar os direitos e determinar os deveres dos cidadãos. Assim, visto que este trabalho objetiva analisar a contribuição da comunicação na cidadania em uma realidade específica, a do Brasil, é importante

que se façam alguns recortes desta realidade a fim de subsidiar a análise proposta neste estudo.

A história recente nos mostra uma sociedade que, tal como na análise do caso inglês de Marshall, também exclui uma parcela das pessoas do exercício pleno da cidadania pelo não acesso à todos os direitos que a compõe. Direitos como o da saúde de qualidade, liberdade de expressão, ou ainda a questão da igualdade de condições a fim de permitir o exercício ativo da cidadania pelos indivíduos.

A questão que se coloca é porque algumas sociedades conseguem atingir um nível maior de participação e acesso de seus indivíduos aos direitos básicos de cidadania enquanto outras permanecem com parte de sua população vivendo miseravelmente sem condições nem ao menos de sobrevivência.

Embora não se queira fazer um resgate histórico em profundidade, uma vez que não é o objetivo final deste estudo, cabe ressaltar as características que fundamentaram o estado que deu origem a esta sociedade e que mantém parte de sua herança cultural arraigada. Como exemplo, a escravidão talvez seja um dos principais marcos desta história em relação à supressão de direitos civis, mas houveram também outros elementos de dominação que ainda exibem marcas na democracia atual como o coronelismo e os períodos de governos ditatoriais (CARVALHO, 2001).

Para José Murilo de Carvalho (2001) o visível atraso na conquista plena da cidadania, ou pelo menos de alguns direitos, é atribuída à inversão da lógica de sequência dos direitos da cidadania, vista no caso apresentado por Marshall:

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tonou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça pra baixo. (p. 219)

No resgate feito pelo autor nota-se que o início do percurso histórico da cidadania no Brasil é de data mais recente que os 500 anos da incursão dos Portugueses pelas terras brasileiras, pois para o autor, não houve até 1930 grandes avanços em termos de direitos civis políticos ou sociais, destacando-se apenas a

abolição da escravatura em 1888, ainda que um marco simbólico, pois pouco significou de imediato na vida dos beneficiados:

[...] até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive nos grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo. Quando o povo agia politicamente, em geral o fazia como reação ao que considerava arbitrário das autoridades.[...] O Brasil era para ele uma realidade abstrata. Aos grandes acontecimentos políticos nacionais, ele assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido. (p. 83)

O período que segue a 1930 foi marcado por uma sucessão de golpes de estado e períodos de supressão de direitos civis e políticos, mas também de avanço em termos de expansão dos direitos sociais. É neste momento em que se firmam as leis trabalhistas e se tem ampliada a legislação em relação à assistência social. Apesar de ampliados os direitos sociais, a implementação se deu

[...] em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosa sua definição como conquista democrática e comprometeram em parte sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa. (CARVALHO, 2001 p. 110)

O trecho destacado acima foi escrito por José Murilo de Carvalho (2001) sobre o período até 1964, mas em muito se assemelha ao período posterior, liderado pelos militares, visto que da mesma forma houve supressão dos direitos civis e políticos, mas com expansão dos direitos sociais, implementados pelo Estado.

É apenas em 1974 que o cenário começa a se modificar com o início da abertura política do regime militar e o ressurgimento dos movimentos de oposição, até então reprimidos com violência. Em 1985 o regime militar tem seu fim com a eleição do primeiro presidente civil do período.

O período que segue é chamado de redemocratização e tem como marca a expansão dos direitos políticos e uma constituição que ampliou os direitos da cidadania a uma parcela maior da população sendo chamada de Constituição Cidadã. Contudo, a marca dos períodos que a antecederam permanece nas

consequências geradas, como a exclusão de parte da população, pois “continuam os problemas da área social, sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento, e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.” (CARVALHO, 2001 p. 199)

Para Carvalho (2001) a inversão dos direitos gerou algumas características que ainda carregamos em nossa sociedade, como a valorização do Executivo em detrimento dos demais poderes, que gera um paternalismo por parte do governo e uma valorização do Estado maior do que da representação, que o autor chama de “estadania, em contraste com a cidadania” (p. 221). Outra característica favorecida pela inversão da sequência de direitos foi o corporativismo “A sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado.” (Idem p. 223). Mais adiante o mesmo autor, afirma que “se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, isto é, para democratizar o poder.” (Idem, p. 227)

Segundo o autor, há

[...] uma exceção na seqüência [sic] de direitos, anotada pelo próprio Marshall. Trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social mas [sic] tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política. (CARVALHO, 2001 p.11)

Dessa forma, reafirma-se a importância da sociedade na consolidação e ampliação dos direitos de cidadania, através da educação e da participação. Ainda que imerso em uma cidadania incompleta, ou não completamente acessível à todos, o Brasil conta hoje com desafios diferentes do que no passado, mas nem por isto menores em complexidade e importância. Cabe à sociedade civil reverter o processo de dominação, a fim de desfazer as marcas deixadas pelos séculos de inércia estimulada, expandindo direitos, conscientizando sobre os mesmos e garantindo o equilíbrio entre Estado, mercado e sociedade civil.

O cenário atual ainda acrescenta uma variável a mais no cálculo, que pode modificar o foco do desafio que vem à seguir:

[...] cabe lembrar que os problemas que afetam a humanidade e o planeta atravessam fronteiras e tornam-se globais com o processo de globalização que se acelera neste final de século XX. Questões como produção, comércio, capital financeiro, migrações, pobreza, danos ambientais, desemprego, informatização, telecomunicações, enfim, as grandes questões econômicas, sociais, ecológicas e políticas deixaram de ser apenas nacionais, tornaram-se transnacionais. É neste contexto que nasce hoje o conceito de cidadão do mundo, de cidadania planetária, que vem sendo paulatinamente construída a sociedade civil de todos os países, em contraposição ao poder político do Estado e ao poder econômico do mercado.” (VIEIRA, 2009 p. 32)

Além disto, o processo de globalização ainda enfraquece o poder de um elemento que até então era fortemente vinculado à noção de cidadania: o Estado-nação. Para Carvalho (2001)

[...] países como o Brasil se veem [sic] frente a uma ironia. Tendo corrido atrás de uma noção e uma prática de cidadania geradas no Ocidente, e tendo conseguido alguns êxitos em sua busca, veem-se [sic] diante de um cenário internacional que desafia essa noção e essa prática. (p. 226)

De qualquer forma, o papel das organizações da sociedade civil, só aumenta, ao passo em que muitas se organizam de maneira internacionalizada, em especial as ONGs. Para Vieira (2009) “A explosão de atividades não-governamentais em geral, e das ONGs em particular, reflete a intensificação da permeabilidade das fronteiras nacionais, bem como os avanços nas comunicações modernas.” (p. 67)

Como podemos concluir com este capítulo, a cidadania engloba direitos e deveres diferenciados, dependendo do contexto social que, na maioria das vezes, é limitada e garantida por uma legislação, por mais que esta não garanta a sua abrangência à toda população. Alinhado com isto está o reconhecimento da importância da sociedade civil na manutenção e garantia dos direitos da cidadania.

Destacam-se também as novas formas de cidadania, os novos direitos conquistados e os diferentes territórios, além do Estado-nação, onde esta vem se desenvolvendo. Desta forma, se tem a percepção de que educar para a cidadania deve, mais do que ensinar os direitos contidos na lei ou ainda um patriotismo que beire o ufanismo, se incumbir de ensinar também os diferentes modos de participação do indivíduo na sociedade.



Deste modo, o próximo capítulo se dedica à relação desta noção de cidadania com a comunicação e a educação para a cidadania, para que seja possível identificar posteriormente a aplicação desta rede de conhecimentos à realidade do Movimento Escoteiro, objeto deste estudo.

## 5 COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

O sentido da comunicação assume diferentes interpretações. O que determina qual destes sentidos ou qual destas interpretações será assumida é o problema ao qual está se propondo refletir. Se para alguns faz mais sentido que a comunicação seja uma ferramenta em um sistema mecânico de ação e reação, é porque a estes não lhes interessa outros aspectos que se relacionam com o conceito. Trata-se portanto de uma escolha que carrega consigo interesses dos mais diversos: políticos, culturais, sociais, econômicos, etc.

Um importante ponto de contato entre a comunicação e a cidadania, é a importância que a primeira possui no desenvolvimento da segunda. Retomando Habermas e o seu modelo de espaço público, Benhabib (1996a *apud* VIEIRA, 2001) verifica esta importância enquanto modo de participação pública:

[...] o significado de participação política alterou-se, deslocando-se para uma concepção mais inclusiva de formação discursiva da vontade. A participação não se restringe mais a um campo político estritamente definido, mas pode realizar-se também na esfera social ou cultural. [...] Este conceito de participação enfatiza a definição de normas de ação por intermédio do debate prático, com todos os que por ela são afetados, articulando uma visão do político adequada às sociedades complexas modernas. (p. 59)

O alinhamento com a noção de cidadania que foi verificada anteriormente não se situa apenas neste ponto. O mesmo autor complementa que, ante os modelos de espaço público liberal e agonístico,

o modelo discursivo é o único compatível com as inclinações sociais gerais de nossas sociedades e com as aspirações emancipatórias dos novos movimentos sociais, como por exemplo, o movimento de mulheres. O procedimentalismo radical deste modelo constitui poderoso critério para desmistificar os discursos de poder e suas agendas implícitas. (VIEIRA, 2001 p. 63)

Nota-se que além deste alinhamento com a atuação dos movimentos sociais e da sociedade civil na manutenção da cidadania, o destaque dado à importância da ação comunicativa enquanto modo de participação pública e política demonstra a

centralidade que a comunicação possui. Com isso a cidadania seria também exercida através da comunicação.

Para outros autores, além de um modo de participação, a comunicação pode ser considerada um direito, envolvendo a livre expressão, mas sendo composto por outros elementos além deste direito civil. Trata-se do direito de ter voz na sociedade, de usufruir dos meios tecnológicos de comunicação, de participar publicamente, de ouvir e ser ouvido.

Ao cidadão também cabe o exercício de deveres: desenvolver a criticidade diante da mídia, contribuir na fiscalização da programação, brigar pela instituição de conselhos reguladores e não se calar, ocupando cada vez mais espaços tanto na mídia convencional, como nos meios “alternativos” e de baixa potência ao seu alcance. Em outras palavras, cabe-lhe exercer: primeiro, seus direitos de *isonomia* – acesso igualitário á informação [sic], aos canais de expressão, à educação, à riqueza e ao conhecimento acumulado pela humanidade; segundo, os seus direitos de *isegoria* – manifestar-se e debater os temas de interesse social através dos meios de comunicação social. (PERUZZO, 2002, p. 85, grifos do autor)

Este direito somado aos direitos civis políticos e sociais constituiria a cidadania juntamente com outros tanto que surgiram na segunda metade do século XX (os de terceira e quarta geração).

Assim percebemos, além da cidadania exercida através da comunicação, a comunicação como um elemento constituinte da cidadania; como um direito a ser exigido e exercido. Temos o direito de nos comunicar e fazendo isso estamos exercendo a nossa cidadania.

Mata (2006) contribui neste sentido com o conceito de cidadania comunicativa, que seria a capacidade de ser sujeito de direitos e demandas no terreno da comunicação, e o exercício deste direito. A autora complementa que “*Se trata de una noción compleja que envuelve varias dimensiones y que reconoce la condición de público de los médios que los individuos tenemos em las sociedades mediatizadas.*” (p. 13).

Esta condição de público dos meios, destaca a importância dos mesmos na constituição dos indivíduos e da cidadania. É através dos meios que se observa a formação da chamada opinião pública, mas é também através dos meios que os

diferentes públicos podem se manifestar e ter voz. Porém é notável a concentração do poder destes meios nas mãos dos poderes do Estado e mais ainda do poder econômico privado, o que caracteriza um desequilíbrio do espaço público que é prejudicial ao desenvolvimento da cidadania.

Destacada a relação próxima entre a comunicação e a cidadania e levando em consideração estas duas visões, da comunicação como um direito e como um meio para o exercício da cidadania, nos ocupamos agora de um modelo de comunicação em especial que surge da perspectiva crítica com o objetivo de resistência e desenvolvimento.

## 5.1 EDUCAR PARA COMUNICAR E COMUNICAR PARA EDUCAR

Conforme descrito, percebe-se que a comunicação é extremamente importante em um modelo de espaço público discursivo enquanto um meio para a sociedade civil expressar seus anseios e, desta forma, se constitui como um direito constituinte da cidadania. Alinhados com esta visão crítica da comunicação, muitos modelos de práticas comunicacionais surgiram na América Latina com o objetivo de formarem uma alternativa ao modelo de comunicação hegemônico.

São modelos de comunicação que além de pensar em práticas comunicacionais, levaram em consideração a conexão com outras áreas do saber, como a educação, e que também por isso se adequam a esta reflexão.

Chamada de comunicação alternativa, estes meios de comunicação representam uma forma de oposição e resistência aos meios de comunicação de “massa” tanto pelo conteúdo que apresentam, quanto pelo alinhamento político diferenciado. Cicilia M. K. Peruzzo (2010) detalha esta diferença completando que:

Suas diferenças são percebidas na direção político-ideológica, na proposta editorial – tanto pelo enfoque dado aos conteúdos quanto pelos assuntos abordados (aqueles que, normalmente, não tinham espaço na grande mídia), abordagem crítica etc. -, nos modos de organização (de base popular, coletiva, no fundo de quintal de militantes) e nas estratégias de produção/ação (Vínculo local,

participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador), entre outros aspectos.

[...]

Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político conservador. No entanto, não se trata unicamente de jornais, mas também de outros meios de comunicação, como o rádio, vídeo, televisão, alto-falante, internet, panfleto, faixa, cartaz, poesia de cordel, teatro popular etc. (p. 16)

Dentro desta comunicação alternativa, a mesma autora divide esta categoria em duas correntes, das quais nos interessa mais a primeira: “comunicação popular, alternativa e comunitária, e imprensa alternativa” (PERUZZO, 2010 p. 17). Sobre estas correntes Peruzzo explica que “A primeira corrente [...] é constituída por iniciativas populares (para além de jornais) e orgânicas aos movimentos sociais, segmentos populacionais organizados e/ou a organizações civis sem fins lucrativos.” (Idem p. 17) e acrescenta que estas formas de comunicação

[...] têm por finalidade contribuir para a mudança social e a ampliação dos direitos de cidadania. Assim sendo, um fator importante desse processo diz respeito à contextualização, ou seja, são experiências inseridas nas dinâmicas mais amplas de mobilização social com vistas à consecução de direitos de cidadania, tanto sociais como econômicos e políticos.

[...]

Nas experiências de carácter popular-comunitário, a finalidade, em última instância, é favorecer a auto-emancipação humana e contribuir para a melhoria das condições de existência das populações empobrecidas, de modo a reduzir a pobreza, a discriminação, a violência etc., bem como avançar na equidade social e no respeito à diversidade cultural. (Idem p. 19).

Ainda de acordo com o mesmo texto, é possível se estabelecer uma diferenciação entre “comunicação popular-alternativa” e “comunicação popular e comunitária”, onde a segunda seria caracterizada por um processo participativo e uma gestão horizontal.

[...] É sem fins lucrativos e tem carácter educativo, cultural e mobilizatório. Envolve a participação ativa horizontal (na produção, emissão e na recepção de conteúdos) do cidadão, tornando-se um canal de comunicação pertencente à comunidade ou ao movimento social e, portanto, deve se submeter às suas demandas. (PERUZZO, 2010 p. 29).

É nesta forma de comunicação que se encontra a conexão entre a cidadania, a comunicação e a educação, pois através da participação dos indivíduos organizados nos movimentos populares e no terceiro setor que encontramos uma maneira dos indivíduos se reconhecerem enquanto dotados de direitos e deveres, dotados de capacidade de ação.

Sobre este ponto ainda é possível acrescentar que

A Comunicação não se presta a fazer mudanças sozinha. A visão de uso dos meios meramente para difundir conteúdos educativos está superada. Trata-se de sua inserção em processos de mobilização e de vínculo local ou identitário sintonizados a programas mais amplos de organização-ação, dos movimentos sociais populares. Estes privilegiam o atendimento às necessidades concretas de segmentos populacionais de acordo com cada realidade. Nessa práxis ocorre a Educomunicação comunitária, uma modalidade de comunicação educativa que se constitui no bojo de dinâmicas voltadas à mudança social – ampliação da cidadania – ou, em outros termos, de uma *Comunicação para desenvolvimento* sustentável, melhor dizendo de comunicação para a transformação social ou para a cidadania, conforme preferimos denominar. (PERUZZO, 2010 p. 20).

Importante é salientar que esta é uma visão de educação que também se diferencia da visão tradicional, de uma educação de transmissão de saberes, mas que compactua com os princípios até então mencionados de liberdade, democracia e cidadania.

### 5.1.1 Comunicação e educação para a cidadania

A conexão entre a comunicação e a educação poderia se dar em torno das discussões que são correntes aos dois campos, conforme explicita Citelli (2010):

Existem várias maneiras de trabalhar os vínculos da comunicação com a educação. Há o plano epistemológico voltado a indagar acerca de possível novo campo reflexivo e interventivo resultante dos encontros, desencontros, tensões, entre os processos comunicacionais e a educação. Esta, em particular, sobretudo quando pensada em sua dimensão formal, vivendo o permanente desafio representado pelas TICs [Tecnologias da Informação e da

Comunicação], pelas intercorrências das culturas mediáticas, pelas novas maneiras de os sujeitos serem e estarem no mundo. Podemos agregar a esse vetor de caráter epistêmico uma série de outros afeitos, por exemplo, as relações *media*-escola [grifo do autor], a alfabetização para a comunicação, a leitura crítica dos meios e os estatutos que animam as relações ensino aprendizagem promovidas, agora, por novos dispositivos de produção, circulação e recepção do conhecimento e da informação. (p. 13)

Porém, esta visão lida muito com o ambiente formal de educação e não com a educação informal ou não-formal, que encontraremos no seio da sociedade civil organizada.

Sobre este ponto, Peruzzo (2001) salienta que a escola é sim um espaço privilegiado para a preparação do exercício da cidadania, mas não é o único. Segundo a autora, diversos outros espaços possuem a capacidade formativa de preparar o indivíduo para o exercício de sua cidadania. Algumas instituições são reconhecidamente importantes no processo de educação, como a família, as religiões, os sindicatos e também os movimentos sociais e ONGs. Assim como a educação, a preparação para a cidadania se dá nas diversas interações do indivíduo em sua vida social, não só entre outros indivíduos, mas também com os meios de comunicação.

Os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão, têm evidenciado seu potencial e poder de influência na sociedade. Como diz Barros (1997, p.28), a formação do conhecimento contemporâneo se dá para além da educação formal, numa dinâmica de múltiplas mediações sociais. Expressiva porção de conteúdos assimilados pelas pessoas é absorvida através dos meios de comunicação de massa. Com o crescimento do aparato tecnológico no cotidiano das grandes cidades, observa-se uma presença cada vez mais intensa da comunicação na vida das pessoas. (p. 116)

Peruzzo (2001) ainda coloca que a despeito desta influência, os meios de comunicação nem sempre estão interessados na educação dos indivíduos, nem com sua preparação no exercício da cidadania. Ainda que não se queira ir na direção da crítica apocalíptica dos meios, por razões que extrapolam a simplória explicação de que a mídia é má, muitos veículos fingem que não possuem esta influência pedagógica e, para bem ou para mal,

acabam frequentemente por influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola. A comunicação coloca-se, assim, no espaço da educação informal, que ocorre nas dinâmicas sociais do dia-a-dia onde o indivíduo se vê em interação

com seus pares e com as manifestações culturais e informativas com que se depara. (p. 116)

No mesmo texto, Peruzzo (2001) menciona que é em meio aos movimentos populares comunitários que a comunicação adquire um caráter educativo de transformação. Isso se dá através da tomada de consciência do indivíduo enquanto sujeito capaz de se manifestar, de atuar, de ter voz. “Ali se faz possível que os receptores das mensagens dos meios de comunicação se tornem também produtores das mesmas, se tornem emissores do processo de comunicação.” (p. 120)

Esta perspectiva corrobora com o entendimento de que

[...] o processo educativo deveria ser aquela instância em que as pessoas se perguntam sobre a razão de serem como são, de como foram ou são plasmadas ou moldadas pelas inúmeras instituições – inclusive a mídia – e, num processo de libertação e autonomia, optem e escolham, pela reflexão e diálogo com os outros, o projeto que lhes convém.” (GUARESCHI; BIZ, 2005 p. 24)

Segundo Guareschi e Biz (2005), está em Paulo Freire a compreensão de uma educação definida

[...] como “prática de liberdade”. Somente a educação que parte da *reflexão*, do crescimento em consciência, pode ser uma educação verdadeiramente libertadora e que leve a uma autêntica responsabilidade, tornando o ser humano digno, isto é, merecedor, e não apenas receptor passivo de um paternalismo que domina o mais profundo da consciência. (GUARESCHI; BIZ, 2005, p. 22, grifo do autor).

Os Mesmos autores complementam que a educação possui como tarefa principal “possibilitar a existência de seres humanos conscientes livres e responsáveis” (Idem, p. 19). Sendo assim, um modelo de educação comprometido com esta tarefa entende que “O educando é, desse modo, sujeito de seu próprio aprendizado[...].” (Idem, p. 24).

Neste sentido, encontramos uma relação bem próxima com a noção de cidadania vista no capítulo anterior. Esta relação se dá no reconhecimento de que é na sociedade civil e através da educação popular que os direitos da cidadania se expandem. Esta tomada de consciência do homem enquanto ser com possibilidade de ação é o que dá condições para uma atuação da população no espaço público,



lutando por seus direitos, participando politicamente e garantindo seu espaço enquanto cidadãos. Nota-se então que tomar consciência de si enquanto homem digno de direitos e responsável em seus deveres passa tanto pela educação quanto pela comunicação.

Sabemos que a Educação e a Comunicação são ferramentas eficazes para a manutenção da estrutura social que conhecemos. No entanto, também constituem o caminho para a possibilidade de mudança do *status quo*. Isso por que são processos em que, quando permitido e estimulado, o diálogo é estabelecido, o que promove a construção de um conhecimento em que nos percebemos como sujeitos da construção e não apenas como coadjuvantes. (LAHNI et al., 2010 p.90, grifo do autor)

Ao mesmo tempo em que transmite os valores de uma sociedade através da educação, permite que estes mesmos valores sejam questionados e reestruturados, reestabelecendo relações entre sujeitos e permitindo a inclusão destes na cidadania. Do mesmo modo que na comunicação, o reconhecimento do receptor (neste caso do educando) como sujeito que age, só é possível quando há uma relação dialógica implicada.

### 5.1.2 Na base, o diálogo

A lógica de valorização do diálogo guiou muitos dos estudos Latino Americanos de comunicação, que foram importantes no desenvolvimento desta perspectiva mais alinhada ao social ou público, do que ao privado.

Na história das teorias da comunicação, o dialogismo é uma modulação do pensamento comunicacional construído por estudiosos e comunicadores latino-americanos que acabaram por romper com o modelo unilateral e vertical da comunicação de massa e, também, com as práticas de comunicação comunitária igualmente verticalizadas, cujo pressuposto era o daquela tradição que colocava em evidência uma certa superpotencialização dos meios de comunicação e dos emissores sobre os demais componentes do processo de troca de informações. [...] Quanto às práticas comunicacionais, essa modulação tornou-se visível na medida em que instituiu novos protocolos de troca de informação na sociedade contemporânea. (GUSHIKEN, 2006, p. 75)

Se retomarmos a reflexão acerca da cidadania, segundo Vieira (2001, 2009), o modelo de sociedade de Habermas, além de destacar a importância da participação pública na defesa da modernidade, dedicou uma importância significativa à comunicação, ou à razão comunicativa do “mundo da vida” em oposição a razão instrumental promovida pelo “sistema”.

Esta razão comunicativa se encontra na esfera cotidiana do “mundo da vida”, constituída pelos elementos da cultura, sociedade e personalidade. A razão comunicativa, fundada na linguagem, se expressaria na busca do consenso entre os indivíduos, por intermédio do diálogo. Já a razão instrumental predominaria no “sistema”, isto é, nas esferas da economia e da política (Estado), que, no processo de modernização capitalista, acabou dominando e “colonizando” o mundo da vida. (VIEIRA, 2009 p. 54)

Ainda de acordo com Vieira (2009), quando Habermas confere um papel especial ao Direito na normatização do mundo da vida, este explica que o direito deveria “orientar a busca do consenso, pelo diálogo, na ação comunicativa.” (p. 55). Estes dois trechos destacam o diálogo como um elemento importante para a manutenção das relações do espaço público, se relacionando intimamente com a relação entre a cidadania e a comunicação.

A visão de uma comunicação dialógica é também destacada por Dominique Wolton (2006), que apresenta a comunicação em duas dimensões: a funcional e a normativa. A funcional abrangeria as funcionalidades da informação e seus usos, enquanto normativa, diria respeito a valoração do diálogo e do compartilhamento entre os sujeitos. Para Wolton a comunicação, ou ainda o reconhecimento do que ele denomina incomunicação, é a chave para um mundo mais tolerante, visto que para o autor a globalização e a dita sociedade da informação falharam na busca dos ideais de liberdade e igualdade. “[...] é admitir a importância do outro, portanto, aceitar nossa dependência em relação a ele e a incerteza de ser compreendido por ele.” (p. 15). Cabe destacar que para este autor nem sempre haverá comunicação, ou seja, o consenso entre os homens ou culturas, mas que sempre poderá haver coabitação com tolerância, que seria a manifestação mais ideal da dimensão normativa da comunicação. Tudo dependeria de reconhecer a possibilidade de incomunicação, ou seja, a possibilidade de haver desigualdades, para reconhecer a legitimidade do outro.

No mesmo sentido, encontramos outra importante contribuição para legitimar o diálogo na psicologia social:

Os encontros dialógicos se tornam dialógicos por meio do desenvolvimento gradual de relações em que Eu e Outro “sobrevivem” às dificuldades do processo e alcançam consciência dos ganhos envolvidos na coexistência e na inclusão da perspectiva de outros. Neste tipo de encontro de saberes, as transformações operadas pela comunicação dialógica produzem coexistência e inclusão social de diferentes saberes, que levam à eventual hibridização de sistemas de saber. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 240)

Nota-se então que, mais do que o consenso, estas visões sobre o diálogo expressam justamente questões centrais à cidadania, como a inclusão social e a coabitação. Exceto pela busca pelo consenso em Habermas, o diálogo aparece como uma via que possibilita não apenas reconhecer o outro, como também conferir importância a ação deste em reconhecer o que é emitido, assim como na capacidade deste em também emitir, legitimando-o como agente neste processo.

#### Na educação proposta por Paulo Freire

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não “sloganzar”. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. (FREIRE, 2011, p. 51)

Ainda segundo Freire (2011), uma educação antidialógica atua no sentido de “entregar” o saber do educador ao educando em uma relação de poder e dominação. Em oposição, o diálogo permite uma relação menos de dominação do que de transformação e libertação, princípios que contribuem para o desenvolvimento da cidadania.

Se o diálogo se dá na interação entre indivíduos, se faz relevante a proposta de Wendhausen (2003), que evidencia, em outras palavras, a relação entre os indivíduos no contexto das organizações sociais através da comunicação:

Considerando a premissa de que os seres humanos comunicam-se em vários níveis, por razões diversas, com muitas pessoas e de formas distintas, torna-se necessário trabalhar a comunicação relativa às organizações sociais enquanto processo de interação. Levando em conta ainda que as ONGs possuem um certo grau de permanência e dimensões variáveis, acabam por implicar um

complexa rede de possibilidades relacionais e/ou comunicacionais (p. 41).

Em meio a esta conexão entre a comunicação e a educação em prol da cidadania, por meio da interação e do diálogo, é possível o destaque da atividade de Relações Públicas, visto a característica deste profissional em atuar como um gestor e/ou mediador da interação entre os públicos de uma organização. No entanto, tendo em vista os princípios supracitados, se faz necessária a revisão dos princípios desta atividade, para que o profissional de RRPP não atue de forma antidialógica e permita o desenvolvimento dos indivíduos e suas comunidades.

## 5.2 RELAÇÕES PÚBLICAS COMUNITÁRIAS

Contribuindo com a perspectiva da comunicação comunitária, a atividade de relações públicas adquire novos contornos, se adequando às lógicas comunicacionais e educacionais que já foram descritas. Isso ocorre por que a profissão se desenvolveu sob pressupostos funcionalistas “dentro de uma perspectiva de legitimação do poder” (CÉSAR, 2007 p. 80) das organizações diante de seus públicos.

A teoria social que ainda explicita a estrutura social exclusivamente em termos analógicos e funcionalistas, isto é, como resultado de interações entre estruturas e entidades identitariamente distinguíveis e separadas por interesses e papéis – públicos, instituições, empresas e consumidores -, não permite outra atuação possível a não ser a hierárquico-piramidal do assistencialismo. [...] No âmbito funcionalista, o papel do profissional de relações públicas seria o de facilitar tal processo, respondendo, de um lado, ao imperativo de melhorar a imagem das instituições pelas quais trabalha e, de outro, aos seus anseios de cidadania e justiça social. (DI FELICE, 2007 p. 42)

Na contramão desta vertente então, é possível que o profissional de relações públicas encontre na lógica comunitária, uma nova ética de atuação e legitimação da profissão e da atividade.

O desafio que se impõe é justamente a mudança desta perspectiva, pois, segundo Waldemar Luiz Kunsch (2007c), a simples transposição para os movimentos sociais e comunidade não é suficiente. Para o autor, os profissionais das “novas relações públicas [...] devem favorecer a articulação, a conscientização e a ação coletiva da comunidade, em função de um conteúdo político capaz de forjar a cidadania” (p. 114). Contudo, o autor pontua que tais posturas não são simples, pois implicam em renúncia ao paternalismo, além de outras posturas, como a democratização do saber técnico e o favorecimento da ação partilhada.

Kunsch afirma que “[...] é no trabalho de parceria entre o público e o privado que a área de relações públicas poderá fazer as necessárias mediações” (2007a, p. 73), o que retoma o modelo de espaço público de Habermas, onde há uma colonização do mundo da vida pelo sistema.

Para Barros (2007),

No caso de Relações públicas, essa tendência parece ser ainda mais visível. O profissional dessa área, quando muito, pode ser associado a um agente de uma cultura organizacional e, portanto, “sistêmica”, mas não de uma cultura no sentido estrito do termo. [...]  
Por outro lado, a nosso ver, esta categoria profissional detém o poder maior, em termos de atividades da área da comunicação, de modificar este quadro e se engajar no processo inverso, ou seja, o de “descolonização” do *mundo vivido* [grifo do autor]. Ao adotar uma linha de conhecimento de natureza menos instrumental e mais histórico hermenêutica, ou seja, auto-reflexiva e autoquestionada, pode contribuir para o impulso emancipatório do conhecimento, inclusive no âmbito profissional. A competência comunicativa dos profissionais de relações públicas pode, então, potencialmente tornar-se um meio de facilitar a interação social e não apenas a negociação de relações entre organização e seus públicos. (p. 129)

Regina Escudero César (2007) reafirma esta postura ao referir as relações públicas comunitárias tendo em vista uma “nova postura metodológica”. Para a autora esta postura não se restringe aos movimentos sociais situados à margem da sociedade “mas pode se dar em qualquer espaço de atuação, dependendo unicamente de um posicionamento do profissional da área.” (p.83) e continua, mencionando que por se tratar de um novo paradigma de “intervenção do indivíduo como cidadão” (p.83) o relações públicas assume um papel de articulador e gestor da transformação social.

Porém Peruzzo faz a distinção entre Relações Públicas Comunitárias e Relações Públicas com a comunidade

Entendendo que a primeira diz respeito às práticas de Relações Públicas que se estabelecem no âmbito das associações e organizações comunitárias, das ONGs e de outras organizações sem fins lucrativos. Já as Relações Públicas com a comunidade envolvem o estabelecimento de relações entre instituições privadas ou públicas, com o público denominado comunidade. (1999 apud WENDHAUSEN, 2003 p. 43)

Massimo Di Felice ainda traz uma proposta de atuação para este profissional no atual contexto onde novas formas de sociabilidade se formam através da tecnologia da informação:

Uma vez que o social não é mais dado, mas é o resultado da combinação das *infoarquitecturas* com as situações sociais, abre-se a possibilidade de reconfigurar, ante a ação social, o papel do profissional de relações públicas. Um dos conceitos que pode ser considerado fértil para pensar tal transformação é o de interface, que exprime a ação de um elemento mediador e de contato entre duas naturezas distintas, proporcionando uma interação.

[...]

O conceito de interface se transforma, assim, em um trampolim para pensar um social em rede, sem centro nem periferia, sem beneficiários nem assistidos, mas feito de setores que, manejando informações e juntando idéias [sic] e projetos, constroem novos significados-mundo. (DI FELICE, 2007 p. 43, grifo do autor)

César (2007), no entanto, afirma que a comunicação comunitária deve se valer de outros modos de interação que proporcionem uma maior proximidade entre os indivíduos, considerando imprescindível a existência de processos de “interação face a face” (THOMPSON, 1998 p.78 apud CESAR 2007 p.86). Para a autora esta forma de comunicação ocorre em um contexto de co-presença e tem caráter dialógico, estando alinhada com os objetivos da comunicação comunitária

Nessa modalidade de comunicação, [...] os objetivos das relações públicas comunitárias adquirem uma dinâmica adequada para o estabelecimento das relações de comunicação nos espaços comunitários.

[...]

Por meio desse modo de comunicação, temos estabelecidos vínculos entre nós – agentes externos, as lideranças e os membros das organizações comunitárias -, visando ampliar os espaços de participação dessas bases nas decisões e no exercício do poder, que

deve ser, antes de tudo, renovado. Acreditamos na viabilidade deste procedimento, pois é um processo educativo. (CÉSAR, 2007 p. 86)

Marcio Simeone Henriques (2007) compreende que existem duas dimensões na geração de estratégias comunicativas nos movimentos sociais, a primeira “[...] na manutenção de estruturas mobilizadoras horizontais – criação das condições de ação em rede e de coesão entre os atores mobilizados” e a segunda “[...] no processo de visibilidade da causa, do movimento e seu posicionamento público.” (p.96).

Segundo o autor estas duas dimensões impõem aos movimentos sociais o desafio de se estabelecer o relacionamento com o público, defendendo seus interesses e lidando com diferentes tipos de públicos em busca de legitimação e adesão. Legitimação da existência e adesão à causa, pois

Tendo em vista a permanente tensão e o conflito de interesses característicos da esfera pública, não se pode desconsiderar que este relacionamento possui uma feição estratégica, o que é claramente observável em qualquer movimento ou projeto mobilizador.

[...]

Desta forma, a comunicação dos movimentos pode ser caracterizada como um problema de relações públicas. [...] Como apontam Reber e Berger (2005), os profissionais de relações públicas desempenham papel central na construção de enquadramentos como referências para orientar as percepções dos públicos e estabelecer relações efetivas com eles. (HENRIQUES, 2007 p. 100)

Ainda encontramos outra proposta interessante situando o profissional de Relações Públicas como um mediador. Trata-se da proposta da mobilização social que segundo Barros, foi um conceito introduzido no Brasil por Bernardo Toro (1996a, 1996b, 1996c, apud BARROS, 2007, p. 132)

Mobilizar é convocar vontades, compartilhando interpretações e significados, para decidir e atuar em busca de um objetivo comum. Por se tratar de um ato convocatório é, antes de tudo, um ato de liberdade, o que o diferencia dos atos de manipulação, de persuasão e de conscientização. [...] O indivíduo, quando conscientizado, é levado a pensar como os considerados “conscientizadores”. A mobilização ao contrário, permite maior grau de liberdade decisória. [...] A idéia de mobilização social consiste em convocar pessoas para uma causa de cidadania, incluindo os interessados como co-participantes do processo.

Mas o que nos interessa mais é relacionar a proposta de mobilização a algumas das funções de relações públicas, demonstrando, assim,

que o campo da mobilização constitui mais uma possibilidade de atuação do profissional no *mundo vivido* [grifo do autor], porque a mobilização social é especialmente voltada para essa esfera da sociedade.

Com base no princípio de que mobilizar requer relações de trocas [...], podemos considerar mobilização um ato de comunicação, em que o emissor utiliza códigos, símbolos e signos para dar forma a uma mensagem que será transmitida por meio de veículos adequados, atingindo o receptor, que decodificará o conteúdo enviado. Compreendido o princípio de comunicação mais abrangente, podemos caracterizar agora um processo mais específico, que se aplica ao campo próprio das relações públicas.

Para tanto, basta considerarmos que o profissional de relações públicas é, antes de tudo, um mediador político, econômico, cultural ou comunitário, com ênfase nos dois últimos aspectos. Dessa forma, usando a terminologia de Bernardo Toro, ele pode atuar como *editor social* [grifo do autor], ao intermediar as relações entre um *produtor social* [grifo do autor] e determinada comunidade.

Margarida Kunsch (2007b) afirma que as relações públicas comunitárias “autênticas” se situam em um terreno além do trabalho voltado para a comunidade em ações paternalistas de cunho assistencial. Dessa forma a autora pressupõe uma atuação do profissional de maneira interativa, tornando-se articulador e incentivador. Para a autora, o profissional não é um simples “[...] transmissor de saberes e aplicador de técnicas aprendidas na universidade.”. Complementa ainda, que não deve ser um “consultor”, pois precisa vivenciar as necessidades da comunidade. Logo “As relações públicas comunitárias implicam sua participação ‘na’ comunidade, dentro dela e em função dela. Melhor ainda será se ele for um ‘agente orgânico’ surgido no seio da própria comunidade.” (p.172)

A autora ainda acrescenta alguns princípios que considera “indispensável para a eficácia da atividade de relações públicas comunitárias” (KUNSCH, 2007b p. 173). São eles:

- Reconhecer a complexidade social e ter visão de mundo;
- dominar as teorias, as técnicas e os instrumentos de relações públicas;
- ter a educação liberadora como norteadora das ações;
- e valorizar a cidadania e a solidariedade humana.

Murade (2007) ao defender a ampliação da cidadania através da propulsão do dissenso, entende que as relações públicas podem oferecer instrumentos para tanto, promovendo a controvérsia pública, e encaminhando reivindicações de grupos sociais.



Trata-se de oferecer às comunidades informações e ferramentas de comunicação (assessoria) que possibilitem a leitura de mundo (pesquisa-diagnóstico da realidade), a articulação em torno de pólos e de projetos reivindicativos (planejamento e organização), a ação transformadora da realidade (execução), para, uma vez superada a situação geradora da controvérsia, chegar ao consenso e estimular novas reivindicações – dissenso -, com base na releitura do mundo (avaliação). (p. 159)

Relacionada a comunicação com a educação para a cidadania e estabelecidas a importância e as características das relações públicas neste contexto, O próximo capítulo trabalhará na conexão da rede de conceitos vistos nestes três capítulos para verificar o problema proposto pelo presente trabalho no contexto do Movimento Escoteiro.

## 6 O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DO MOVIMENTO ESCOTEIRO

Percorrendo os capítulos anteriores, percebe-se que a conexão entre a comunicação e a cidadania pode se dar de diversas maneiras. Da mesma forma pode ser notada a relação entre a comunicação e a educação para a cidadania no ambiente dos movimentos populares. Primeiramente então se fazem necessárias algumas aproximações e tensões entre os elementos trabalhados neste estudo a fim de facilitar esta análise.

A primeira aproximação se dá entre o Movimento Escoteiro e a noção de cidadania. Como foi visto a cidadania é um status que envolve direitos diversos, mas também participação e envolvimento dos indivíduos, que se organizam de forma voluntária em torno de organizações, movimentos, sindicatos, entre outras organizações, na chamada sociedade civil.

Por sua vez o Movimento Escoteiro se ocupa da educação de jovens, objetivando que estes se formem homens e mulheres integrados ao desenvolvimento social, participantes em sociedade, capazes de acatar leis, mas conscientes de seus direitos e sem se descuidarem de seus deveres (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013c).

Desta forma o projeto educativo se aproxima da noção de cidadania que foi vista, e podemos afirmar que, o Movimento Escoteiro por sua vez, se ocupa da educação para a cidadania destes jovens. Uma cidadania, solidária, construtora da paz e comprometida com a sociedade.

Esta perspectiva é confirmada pelas definições de Escotismo trazidas pelos documentos e cartilhas da União dos Escoteiros do Brasil (2008, 2013a, 2013b, 2013c) e da *World Scout Organization* (2011), que o caracterizam enquanto um movimento educativo, ou ainda co-educativo, que possui como objetivo desenvolver integralmente os jovens em diferentes aspectos como o intelectual, o físico, o social, o espiritual, afetivo e de caráter, com o objetivo de que se tornem cidadãos com responsabilidade, e que sejam participantes e úteis nas comunidades em que vivem.

Outra aproximação importante é a visão de educação que é trabalhada no Movimento Escoteiro e o entendimento de educação libertadora que guiou os estudos de comunicação alternativa, popular e comunitária. No Movimento Escoteiro, acredita-se que o jovem é o responsável pelo seu próprio desenvolvimento, entendendo que a educação não é um ato de transmissão de saberes, mas sim de diálogo, onde o jovem é o próprio educador, ainda que isso represente o discurso dos guias e manuais.

Da mesma forma, encontramos em Guareschi e Biz (2005) a compreensão de que a educação tem a tarefa de possibilitar a existência de seres humanos livres, responsáveis, onde o educando é o sujeito do próprio desenvolvimento.

Tendo em vista estas aproximações, reconhecemos também que a comunicação está intimamente relacionada com a cidadania, constituindo-se enquanto um direito desta e sendo um meio de participação pública. (VIEIRA, 2001; PERUZZO, 2002; MATA, 2006). Relaciona-se também com a educação através do diálogo inerente aos dois processos para que estes atuem enquanto modificadores sociais (GUARESCHI; BIZ, 2005), além de se constituir enquanto um meio de educação informal, através das interações que ocorrem no dia-a-dia (PERUZZO, 2001).

Parte-se então para a perspectiva adotada por Peruzzo (2001) de educação comunitária enquanto forma de educação para a cidadania. A autora afirma que quando os sujeitos se inserem em processos de comunicação comunitária, a comunicação adquire um caráter de educação informal da cidadania. Esta afirmativa se dá com base em estudos diversos, realizados em diferentes movimentos sociais.

As questões que se impõem são “como isto ocorre no ambiente do Movimento Escoteiro em particular?”, e ainda “enquanto um movimento essencialmente educacional, a comunicação assume as mesmas configurações que em outros movimentos sociais ou entidades do terceiro setor?”.

Dessa forma é que chegamos ao problema proposto por este trabalho que é “qual o papel da comunicação na educação para a cidadania do Movimento Escoteiro?”.

A forma como esta pergunta se coloca, revela antes a intenção primeira deste trabalho de explorar esta característica da comunicação comunitária, citada por Peruzzo (2001), de contribuir na educação para a cidadania quando inserida em um movimento da sociedade civil. No entanto, ao utilizar a expressão “do Movimento Escoteiro” no problema, se entende que, dentre outras contribuições, a educação para a cidadania é uma das que o Escotismo proporciona aos jovens, possibilitando que a pergunta adquira também o sentido de “qual o papel que a comunicação exerce, ante a educação para a cidadania que ocorre no Movimento Escoteiro?”, entendendo que este é um movimento educativo e pressupondo que já ocorra uma educação para a cidadania, conforme verificado na bibliografia pesquisada.

Analisar a comunicação apenas sob a perspectiva adotada por Peruzzo (2001) não tiraria em nada o mérito do trabalho, mas como pôde ser percebido, sendo este um movimento que já se preocupa com a educação para a cidadania, este trabalho se ocupa também de outra possibilidade de análise que a da comunicação inserida neste movimento como um todo, não só a comunitária, visto que a comunicação se relaciona com a educação e a cidadania de diferentes formas.

Sendo esta a perspectiva a ser analisada, a pergunta então se desdobra em dois objetivos, que são “verificar qual o papel da comunicação no Movimento Escoteiro?” e “verificar se esta(s) comunicação(ões) contribuem na educação para a cidadania?”.

Como visto, o Movimento Escoteiro se insere na categoria de terceiro setor trabalhada por Fernandes (1994), o que significa sua organização enquanto uma instituição privada, mas que sustenta objetivos que beneficiam toda uma comunidade ou sociedade. Sendo assim a comunicação deste movimento deve ser pensada à luz da comunicação popular, alternativa e comunitária, a qual segundo Peruzzo (2010), se diferencia da comunicação de “massa” por diferentes razões, entre as principais, o conteúdo editorial, o modo de organização e as estratégias de produção. Além disso é destacado pela autora, o vínculo que estas formas de comunicação possuem com os movimentos populares e organizações sem fins lucrativos, assim como as organizações escoteiras.

Por esta razão alinhamos a organização escoteira com a comunicação alternativa popular e comunitária, pois em relação ao modo de organização da comunicação, se insere em uma organização da sociedade civil voltada para interesses públicos.

Quanto ao conteúdo editorial, a comunicação no movimento escoteiro se mostra adequada com estes princípios, visto que se presta ao suporte e à divulgação de notícias e conteúdos escoteiros. Sendo o Movimento Escoteiro um movimento educacional com objetivos voltados ao desenvolvimento de cidadãos, os meios de comunicação inseridos no Movimento se enquadram como formas de comunicação alternativa, pois abordam assuntos relativos ao mesmo, pertencem a este e se submetendo as suas demandas (PERUZZO, 2010). Desta forma, aborda assuntos diferenciados, como assuntos comuns com enfoques diferentes do que normalmente se encontra na mídia de massa.

O Movimento Escoteiro se constitui como uma organização da sociedade civil. Cabe lembrar que para Vieira (2001, 2009) a sociedade civil possui grande importância no desenvolvimento e na manutenção da cidadania, pois historicamente está ligada às lutas pela ampliação dos direitos da cidadania. Ainda que o Movimento Escoteiro não seja um movimento de luta social, ou que sustente algum tipo de reivindicação em termos de direitos, bandeira política, ideológica, entre outras, possui um objetivo voltado para a educação, e é também reconhecida como entidade de caráter cultural e ambiental, cujos interesses são voltados ao desenvolvimento de um mundo melhor (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013a, 2013b, 2013c).

No entanto Vieira (2001, 2009) afirma que a comunicação comunitária tem caráter educativo, cultural e mobilizatório, envolvendo a participação ativa do cidadão na produção e desenvolvimento destes meios, que é a questão das estratégias de produção. Neste ponto, em se analisando os meios formais de comunicação, estes são produzidos e pensados pelas estruturas administrativas de forma centralizada.

Ainda que existam as equipes de comunicação, não se trata de um processo participativo que envolva todos os membros de forma ativa, como nos moldes apresentados em outros estudos de comunicação comunitária.

Mesmo assim, por incentivar a participação através de seu método e por abordar conteúdos relativos à prática escoteira, estas estratégias lidam com um vínculo local, ou particular, e com o uso mobilizador dos meios, que são características ligadas a estratégias de produção alternativas, ainda que não seja algo que possa ser verificado em todo e qualquer ambiente do Movimento Escoteiro.

Sobre isso, retomamos a perspectiva de mobilização social trabalhada por Bernardo Toro (1996a, 1996b, 1996c, *apud* BARROS, 2007), que mobilizar é convocar vontades, indivíduos conscientes que vão optar, com base em informações e com liberdade de decisão, em apoiar uma causa de cidadania. Esta perspectiva também refere-se a questão de incluir os interessados como participantes no processo.

Desta forma, seguindo a classificação das categorias de comunicação popular, alternativa e comunitária de Peruzzo (2010), a comunicação no Movimento Escoteiro possui características de uma comunicação comunitária, ainda que não totalmente alinhada com todos os elementos levantados pela autora. Podemos retomar o alinhamento com o enfoque dado aos conteúdos, aos próprios assuntos abordados, aos modos de organização quase artesanais e pelo fato de serem iniciativas orgânicas aos movimentos sociais, aos segmentos da população organizada e às organizações sem fins lucrativos, onde se encaixam os Grupos Escoteiros, bem como, de certo modo, as estruturas institucionais regional e nacional. O que de certo modo carece em algumas estruturas e em alguns grupos é justamente a participação ativa dos envolvidos, que caracteriza uma das características das estratégias de produção nesta perspectiva comunitária, bem como uma abordagem crítica dos meios das formas de produção hegemônicas.

Ainda assim Peruzzo (2010), afirma que “[...] demarcações precisas de fronteiras entre elas [as formas de manifestações da comunicação popular, alternativa e comunitária] tendem a não resistir a realidade [...]” e complementa que “Nas práticas sociais, os processos comunicacionais são holísticos. Não se dissociam de mobilizações mais amplas e podem assumir um hibridismo de linguagem, finalidades, formatos, conteúdos e práticas de produção.” (p.28).

Sendo assim, a comunicação no Movimento Escoteiro também assumiria a formatação de uma comunicação voltada para a cidadania e alinhada com os seus

valores, característicos da comunicação popular, alternativa e comunitária, ainda que não totalmente alinhada e ainda que estejamos realizando esta verificação no campo do discurso expresso pelas bibliografias.

Ainda que não possua os contornos exatos e precisos da comunicação comunitária, somos levados a acreditar que a comunicação do movimento escoteiro possa contribuir na educação para a cidadania, como nos apresenta Peruzzo (2001).

O que define esta contribuição, na perspectiva desenvolvida pela autora, é a participação ativa dos sujeitos nos processos de produção, emissão e recepção, além da relação com o movimento e suas demandas. (PERUZZO, 2010). No entanto, o processo educativo ocorre na percepção destes indivíduos de si mesmos enquanto cidadãos. No caso da comunicação, isto ocorre neste processo de educação informal dos indivíduos quando se percebem dotados de capacidade de emissão, incentivando a participação pública e dando voz aos excluídos.

Retomando a perspectiva de Mata (2006) existe também uma cidadania comunicativa, que é a capacidade de ser sujeito de direito e de demandas no âmbito da comunicação, ou seja, de ter direitos envolvendo a comunicação, tanto na emissão quanto na recepção.

Ocorre que o Movimento Escoteiro reconhece o direito a comunicação quando faz uso do mesmo, mantendo veículos de comunicação próprios com a sociedade, fazendo valer seu direito de *Isegoria* (PERUZZO, 2002). Ao assumirmos então que a comunicação está presente no processo educativo de percepção de si enquanto cidadão, se reconhece também o direito do indivíduo de se manifestar, de se expressar, uma vez que um dos objetivos do escotismo é o de formar cidadãos participantes (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013c).

Esta participação, ou atuação, constitui um elemento também presente na noção de cidadania, pois, ao assumir a importância da sociedade civil na manutenção dos direitos da cidadania, Vieira (2001) coloca que esta não se restringe aos aspectos legais, mas encontra na participação dos grupos populares, na virtude cívica de participação pública em defesa dos direitos da cidadania. A sociedade civil é o meio de o cidadão conseguir participar da sociedade relacionando-se com as esferas do Estado e a do Mercado. Sendo então, a participação, parte do Programa de Jovens escoteiro, assumimos que também no

Movimento Escoteiro se educa para uma cidadania comunicativa, ainda que não atrelada à participação ativa em algum veículo comunitário de comunicação.

Outro ponto é a capacidade de diálogo nas relações interpessoais do Movimento Escoteiro. Conforme descrito pelos documentos e pelas literaturas escoteiras, o diálogo é não só fomentado como fundamental no processo educativo que se pretende no Escotismo. A relação entre os jovens e adultos descrita na literatura escoteira é um exemplo de como o Movimento Escoteiro pretende ser um movimento educativo, tendo como base o diálogo.

Nestas bases de compreensão e respeito mútuo, de parceria e comunhão, o Movimento favorece o diálogo entre as gerações, um diálogo livre de lutas de poder, ansiedade e intenções para com os outros. Cada um aceita o outro como ele é, seja jovem ou adulto. Entretanto, isso não implica em indulgência com comportamentos ou atos que mereçam crítica. Isto nos leva a uma atitude positiva em termos de se aceitar e ouvir os indivíduos. (WORLD ORGANIZATION OF THE SCOUT MOVEMENT, 2006 p. 32)

Se há a intenção de se manter o diálogo com o jovem, principal beneficiado pelo Movimento, pode se dizer que o Escotismo neste ponto se alinha bastante com a proposta libertadora da comunicação e da educação, promovendo assim a liberdade e a formação de indivíduos participantes e úteis em suas sociedades (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2013c).

Que a comunicação ocupa um lugar no Movimento Escoteiro não há dúvida, contudo fica claro também que não se trata do mesmo papel desempenhado por esta em outras iniciativas populares. As práticas comunicativas inseridas no Escotismo possibilitam que o jovem ou ainda o associado se perceba enquanto cidadão de formas distintas e não apenas através da comunicação comunitária estritamente.

Sem dúvida o Movimento Escoteiro é um espaço privilegiado de educação da cidadania através de seu método educativo e de seu programa de jovens. Neste sentido a comunicação está inserida como um meio desta educação que é anterior aos planejamentos de comunicação, ou a manutenção de veículos de comunicação comunitária.



Se em alguns aspectos a comunicação do Movimento Escoteiro não se enquadra como comunicação comunitária pelas estratégias de produção empregadas, isto se dá também pelos diferentes níveis de organização que o Escotismo mantém enquanto organização. Por ser uma organização mais complexa e estruturada, lida com a comunicação de forma profissionalizada assemelhando-se no seu funcionamento com uma cultura privada, muito disseminada entre as bases.

Embora a participação na gestão dos meios de comunicação não seja percebida como uma possibilidade por estas estruturas, havendo a reprodução de modelos de comunicação aplicados em/pelas empresas, isso não significa que haja restrições quanto à participação, pois os membros que constituem as equipes são pessoas de diferentes grupos, que por indicação ou por interesse próprio acabam aderindo e contribuindo neste fazer. No caso das diretorias, apesar de mais restrito, as escolhas se dão por nomeação, mas ainda assim, qualquer membro do Movimento Escoteiro Registrado no Brasil, na devida região ou no determinado Grupo Escoteiro, pode ser designado.

A questão da participação é um item que se pode dar atenção em planejamentos e na gestão da comunicação, pois como foi visto é um fator importante e que estabelece o diferencial da comunicação comunitária em si e enquanto meio para educar os participantes acerca da cidadania latente que possuem.

Quanto às Relações Públicas comunitárias, estas também encontram terreno de ação neste sentido, pois inserem a atividade de mediação do profissional das RRPP seguindo a lógica da comunicação comunitária de planejamento e gestão participativos, favorecendo a articulação, a conscientização e a ação coletiva da comunidade, (KUNSCH, 2007c) em função de um conteúdo mobilizador. Além disso, devem ter como norte a mesma base dialógica da educação libertadora. (KUNSCH, 2007a)

O papel de suporte mencionado também se vincula com o conteúdo editorial, visto que os meios de comunicação do Movimento Escoteiro veiculam assuntos pertinentes ao projeto educativo e com isso atendem as demandas do próprio Movimento. Desta forma não apenas servem de guia para a educação que já

ocorre como também de elemento mobilizatório, visto que convidam os membros a aderirem aos propósitos em busca de um objetivo comum.

Sendo assim, acredita-se que o papel da comunicação na educação para a cidadania do movimento escoteiro se situe ora nas estratégias de produção dos meios, ora nas interações dialógicas que ocorrem e ora como suporte de um projeto educativo anterior, sustentado pelo Método Escoteiro, que possui como norte a educação libertadora e transformadora, contribuindo assim na educação para a cidadania.

A interconexão que se apresenta entre os elementos deste estudo, demonstra também que há um alinhamento entre as propostas e que ao invés de limitar a ação de um dando ênfase na do outro, é possível potencializar os esforços de ambas iniciativas, atuando em diversas frentes a fim de educar para a formação de cidadãos.

## 7 CONSIDERAÇÕES

Enquanto um movimento essencialmente educativo a comunicação do Movimento Escoteiro não assume o papel de protagonista na educação para a cidadania da mesma forma que observado em outras iniciativas populares de comunicação, as quais foram disparadoras do interesse do autor neste tema. No entanto, não deixa de ser importante para atingir o objetivo de educar para a cidadania, pois assume um papel de suporte de uma educação para a cidadania que é anterior no Movimento Escoteiro.

Foi perceptível também que a comunicação desenvolvida neste Movimento, também possui um grande potencial de contribuir ainda mais, se for aplicada a perspectiva da comunicação comunitária, no sentido de democratizar e envolver todos os participantes no planejamento, gestão e recepção dos meios de comunicação do movimento. No sentido de apontar possibilidades de melhoria, o autor reconhece que através da comunicação comunitária os ganhos na educação para a cidadania podem ser maiores, pois agrega os indivíduos no processo de planejamento, gestão, emissão e recepção da comunicação.

Ainda assim, através da interação e do diálogo, os indivíduos também se percebem enquanto sujeitos de direito e demandas da comunicação, ocorrendo também uma educação para a cidadania, onde estes assumem o papel do emissor.

Se em algum grupo escoteiro, ou escritório escoteiro, a comunicação ainda não atingiu o seu potencial de contribuição, este texto pode auxiliar no sentido de apontar as possibilidades.

Naqueles casos em que mesmo sem ter a devida consciência, a comunicação assume os contornos aqui apresentados, a possível contribuição deste estudo está em reforçar a importância da comunicação para o desenvolvimento do Escotismo, da educação para a cidadania e dos jovens.

Quanto aos objetivos deste trabalho, foi possível verificar como ocorre a comunicação no Movimento Escoteiro e ainda pensá-la sob a luz da comunicação popular, alternativa e comunitária, definindo os contornos da contribuição desta

comunicação para o objetivo em comum de promoção da cidadania, seja pela educação, pela comunicação ou em ambas.

Com isto espera-se contribuir no desenvolvimento deste campo de pesquisa, acrescentando uma nova perspectiva de análise e um novo objeto de estudo, o Movimento Escoteiro, um movimento coeducacional de educação não-formal. Além disso, foi possível estabelecer conexões entre o Escotismo, a noção de cidadania e a comunicação, corroborando assim, com outras percepções acerca destes elementos que podem alimentar outras pesquisas.

A utilização da pesquisa bibliográfica foi bastante oportuna, pois possibilitou uma gama extensa de reflexões sobre o tema e o movimento em questão, apontando caminhos para que pesquisas futuras se desenvolvam. A sugestão do autor é que se façam verificações empíricas, através de métodos observacionais, partindo das verificações bibliográficas que se deram neste estudo.

A partir do encontro destes dois campos, da comunicação e do escotismo, através da pesquisa e do diálogo entre seus métodos e práticas, espera-se que possa surgir um novo caminho de interlocução orientado no sentido do desenvolvimento de um mundo mais justo e tolerante, onde a cidadania seja amplamente acessível de forma integral e irrestrita.

## REFERÊNCIAS

BADEN-POWELL. **Escotismo para Rapazes**: edição da fraternidade mundial. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2006. 324 p.

BARROS, Antonio Teixeira de. A relação entre o sistêmico e o vivido na comunicação institucional. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 124-136.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 236 p.

CÉSAR, Regina Escudero. Movimentos sociais, comunidade e cidadania. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 78-91.

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: implicações contemporâneas. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. , n. 2, p.13-27, maio 2010.

**DICIONÁRIO** Michaelis dicionário prático inglês: inglês-português, português-inglês. São Paulo : Melhoramentos, 2001. 954 p.

DI FELICE, Massimo. As formas digitais do social e os novos dinamismos da sociabilidade contemporânea. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias**: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 29-44.

GUARESCHI, Pedrinho A.; BIZ, Osvaldo. **Mídia, Educação e Cidadania**: tudo o que você deve saber sobre mídia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 213 p.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público**: O Terceiro Setor na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1994. 156 p

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. 131 p.

GUSHIKEN, Yuji. Dialogismo: emergência do pensamento latino-americano em comunicação. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 3, n. 8, p. 73-91, Nov. 2006. Quadrimestral.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

HENRIQUES, Marcio Simeone. Ativismo, movimentos sociais e relações públicas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações**

**Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 92-104.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do Saber:** Representações, Comunidades e Cultura. Petrópolis: Vozes, 2008

KUSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** 4 ed. São Paulo: Summus, 2003. 417p.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, multidadania e comunicação social. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007a. p. 59-77.

\_\_\_\_\_. Dimensões e perspectivas das relações públicas comunitárias. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007b. p. 165-180.

KUSCH, Waldemar Luis. Resgate histórico das relações públicas comunitárias no Brasil. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007c. p. 107-123.

LAHNI, Cláudia Regina et al. Educomunicação e cidadania: conceitos e práticas na produção acadêmica entre 2004 e 2008. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (Org.). **Comunicação para a cidadania:** temas e aportes teórico-metodológicos. São Paulo: Intercom, 2010. p. 87-106.

MARSHALL, T. H.. **Cidadania, Classe social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Tradução de: Meton Porto Gadelha.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. n. 1, p.5-15, jan. 2006. Disponível em:

<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/download/3125/2934&ei=4P9aUra7McqAkQeM74GYCg&usg=AFQjCNEpzYEIE-UQtQcl2\\_WgGvchJecPqQ&bvm=bv.53899372,d.eW0](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CC4QFjAA&url=http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/download/3125/2934&ei=4P9aUra7McqAkQeM74GYCg&usg=AFQjCNEpzYEIE-UQtQcl2_WgGvchJecPqQ&bvm=bv.53899372,d.eW0)>. Acesso em: 1 nov. 2013.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 321 p.

MURADE, José Felício Goussain. Relações públicas na construção da cidadania dos grupos populares. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling; KUNSCH, Waldemar Luiz (Org.). **Relações Públicas Comunitárias:** a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007. p. 150-164.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares:** A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998. 342 p.

\_\_\_\_\_. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. , n. 1, p.111-128, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v., n. 2, p.71-88, jul-dez. 2002.

\_\_\_\_\_. Observação Participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 8. p. 125-145.

\_\_\_\_\_. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (Org.). **Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010. Cap. 1. p. 15-39.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-13.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. **POR: Princípio, Organização e Regras**. 9. ed. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2008. 72 p

\_\_\_\_\_. **Escotismo no Brasil**. Disponível em:  
<[http://escoteiros.org/escotismo/escotismo\\_no\\_brasil.php](http://escoteiros.org/escotismo/escotismo_no_brasil.php)>. Acesso em: 1 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. **Estatuto 2011**. Disponível em:  
<[http://escoteiros.org/arquivos/documentos\\_oficiais/estatuto\\_UEB\\_2011.pdf](http://escoteiros.org/arquivos/documentos_oficiais/estatuto_UEB_2011.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2013a.

\_\_\_\_\_. **Programa de jovens: objetivos finais e intermediários**. Disponível em:  
<[http://www.escoteiros.org.br/arquivos/programa/objetivos\\_finais\\_e\\_intermediarios.pdf](http://www.escoteiros.org.br/arquivos/programa/objetivos_finais_e_intermediarios.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2013b.

\_\_\_\_\_. **Projeto educativo do Movimento Escoteiro**. Disponível em:  
<[http://escoteiros.org/arquivos/documentos\\_oficiais/projeto\\_educativo\\_ueb.pdf](http://escoteiros.org/arquivos/documentos_oficiais/projeto_educativo_ueb.pdf)>. Acesso em: 1 nov. 2013c.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 403 p.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 142 p.

WENDHAUSEN, Henrique. **Comunicação e mediação das ONGs: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 138 p.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006. 240 p.

WORLD SCOUT ORGANIZATION. **As características essenciais do escotismo**. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2011. 61 p. Tradução de: Fernando Brodeschi.

WORLD ORGANIZATION OF THE SCOUT MOVEMENT. **Escotismo na prática: idéias para escotistas**. 3. ed. Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2006. 42 p. Tradução de: André Monteiro Fagundes.

\_\_\_\_\_. **Who we are**. Disponível em: <<http://scout.org/node/67> - WOSM 2013>. Acesso em: 1 nov. 2013.